



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO DISTRITO FEDERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

**BRASÍLIA
MARÇO/2016**



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO DISTRITO FEDERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e alterações, das Portarias TCU nºs 90/2014 e 321/2015, das Decisões Normativas TCU nºs 146/2015 e 147/2015; e da Portaria CGU nº 522/2015.

**BRASÍLIA
MARÇO/2016**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AGEFIS	Agência de Fiscalização/GDF
AGU	Advocacia -Geral da União
APF	Administração Pública Federal
ARVIPS	Associação Comunitária de Vicente Pires
CAUB	Conglomerado Agro-Urbano de Brasília
CBMDF	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIF	Cadastro de imóveis Funcionais
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
COCAP	Coordenação de Caracterização do Patrimônio
CODES	Coordenação de Destinação Patrimonial
COGEP	Coordenação Geral de Pessoas
COGES	Coordenação de Gestão Estratégica
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONJUR	Consultoria Jurídica/Ministério do Planejamento
COODHAB/GDF	Cooperativa Habitacional do Distrito Federal
CUEM	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia
DAU	Dívida Ativa da União
DIAPF	Divisão de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal
DICAR	Divisão de Caracterização do Patrimônio
DICUP	Divisão de Controle de Utilização do Patrimônio
DIGEP	Divisão de Gestão Patrimonial
DIGES	Divisão de Gestão Estratégica
DIRAD	Diretoria de Administração/MPOG
DIREP	Divisão de Receitas Patrimoniais
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (extinto)
DNIT	Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes
DOU	Diário Oficial da União
FCT	Função Comissionada Técnica
FIGEST	Ferramentas Integradas de Gestão
GDF	Governo do Distrito Federal
GIAPU	Gratificação de Incremento à Atividade de Gestão do Patrimônio
GSISP	Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informática e

	Informação
GSISTE	Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturados da Administração Pública Federal
IBRAM	Instituto Brasília Ambiental
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana
LOA	Lei Orçamentária Anual
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MPF	Ministério Público Federal
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAP	Núcleo de Atendimento ao Público
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAE	Plano de Ação Estadual
PAN	Plano de Ação Nacional
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PGV	Planta Genérica de Valores
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PNGPU	Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União
PPA	Plano Plurianual
PTA	Plano Tático de Ação
RFFSA	Rede Ferroviária Federal SA
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
SEADL	Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local
SEAP/PR	Secretaria de Administração e Previdência/Presidência da República
SEAPU	Seção de Atendimento ao Público
SECAD	Setor de Cadastro
SECUP	Serviço de Controle de Utilização do Patrimônio

SEDHAB	Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano/GDF
SEGES	Secretaria de Gestão/MPOG
SEINC	Serviço de Incorporação de Imóveis
SEIPA	Serviço de Identificação do Patrimônio
SEOPS	Secretaria de Ordem Pública e Social/GDF
SEPIR-PR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SERDE	Serviço de Demarcação
SEREP	Serviço de Receitas Patrimoniais
SERIN	Serviço de Recursos Internos
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPA	Sistema Integrado de Administração Patrimonial
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPU-UC	Secretaria do Patrimônio da União-Unidade Central
SPU-DF	Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPOA-MP	Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração
SSD/DW	Sistema de Suporte a Decisão
STM	Superior Tribunal Militar
SUDESA	Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água
TCU	Tribunal de Contas da União
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TRF1	Tribunal de Regional Federal da 1ª Região
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UC	Unidade Central - Secretaria do Patrimônio da União
UJ	Unidade Jurisdicionada
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	11
1.1 Identificação	12
1.2 Finalidade e competências.....	12
1.3 Organogramas.....	13
1.4 Macroprocessos finalísticos.....	16
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	32
<i>2.1 Planejamento organizacional.....</i>	<i>32</i>
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	33
2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	33
2.1.3 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	33
<i>2.2 Desempenho orçamentário.....</i>	<i>33</i>
2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	33
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	33
2.2.3 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	34
2.2.4 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	34
2.2.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	34
2.2.6 Informações sobre a execução das despesas.....	34
2.2.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	34
<i>2.3 Desempenho operacional.....</i>	<i>34</i>
2.3.1 Informações sobre o Plano Nacional de Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União.....	34
2.3.2 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	36
3. GOVERNANÇA.....	38
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	38

3.2 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos.....	38
3.3 Gestão de riscos e controles internos.....	38
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	41
4.1 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	41
4.2 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	44
5. DESEMPENHO FINANCEIRO CONTABIL E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	46
5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	46
5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	46
5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	46
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	47
<i>6.1 Gestão de Pessoas.....</i>	<i>47</i>
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	47
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	49
6.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal.....	50
<i>6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura.....</i>	<i>50</i>
6.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	50
6.2.2 Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	50
6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	50
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	51
6.2.5 Demonstração da situação dos imóveis da União.....	51
6.2.6 Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	52
<i>6.3 Gestão da tecnologia da informação.....</i>	<i>52</i>
6.3.1 Principais sistemas de informações.....	52
<i>6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....</i>	<i>53</i>
6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	53
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	54

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	54
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	55
7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	63
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	63
8. ANEXOS E APÊNDICES.....	64

LISTA DE QUADROS

VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	5
ORGANOGRAMAS.....	5
Quadro – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	5
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	9
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	9
Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	9
GOVERNANÇA.....	35
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	35
.....QUADRO – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA SPU-DF.....	37
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	39
GESTÃO DE PESSOAS.....	39
Estrutura de Pessoal da Unidade.....	39
Quadro – Força de Trabalho da UPC.....	39
Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva.....	40
Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	41
Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	42
Quadro – Despesas do pessoal.....	42
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	45
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	45
Quadro – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	45

APRESENTAÇÃO

A Superintendência do Patrimônio da União do Distrito Federal (SPU-DF) apresenta neste documento seu relatório de gestão relativo ao exercício de 2015. A elaboração do texto seguiu as orientações contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e alterações, das Portarias TCU nºs 90/2014 e 321/2015, das Decisões Normativas TCU nºs 146/2015 e 147/2015; e da Portaria CGU nº 522/2015.

Seguindo a estrutura definida nestes normativos, apresenta-se, dentre outros assuntos, informações gerenciais, operacionais, financeiras, contábeis e estratégicas acerca da condução da política de administração dos imóveis da União a cargo da SPU-DF.

Em decorrência da distribuição de atribuições dentro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, alguns conteúdos relativos à SPU-DF constarão do Relatório de Gestão da SPU-UC, a saber:

- As informações relativas ao item 2.2 (Desempenho Orçamentário) e seus subitens estarão contidas no relatório encaminhado pela SPU – Unidade Central, porque não se aplicam à SPU-DF.

A Missão da SPU, consolidada na elaboração do Planejamento Estratégico vigente é: “Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos da Nação”.

Desta forma, fica expresso que o patrimônio da União compreende tanto áreas cuja localização, histórico e importância são adequados ao uso da administração pública federal na prestação de serviços públicos; ao apoio a programas estratégicos do Estado, relacionados à logística e infraestrutura; assim como contempla áreas utilizadas por particulares, propícias a cumprir uma função arrecadadora; todas, porém, buscando cumprir a função socioambiental da propriedade pública.

Considerando este campo de atuação, as finalidades e competências da Secretaria e Superintendências englobam várias realidades e peculiaridades, desde questões geográficas até questões políticas, culturais e econômicas, tendo que interagir com diversos atores e entidades na busca pela melhor aplicação deste patrimônio de proporções maiúsculas.

O norte da gestão deste patrimônio tem sido a utilização dos imóveis de propriedade da União nos programas sociais e de infraestrutura, além de ações de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social, seguindo as seguintes diretrizes:

- Intensificação e aperfeiçoamento da gestão patrimonial, abarcando sua identificação, incorporação e destinação;
- Ordenamento territorial e regularização fundiária, mediante cessão de áreas urbanas e rurais, compreendendo destinação de imóveis a programas de reforma agrária, implementação de projetos de regularização fundiária e habitação de interesse social, bem como demarcação e registro de áreas indígenas e de conservação ambiental;

- Racionalização da política de destinação de imóveis de domínio da União a órgãos públicos federais, estados e municípios, órgãos vinculados e entidades sem fins lucrativos, visando melhoria na qualidade de seus gastos, aliada à maior efetividade da intervenção estatal.
- Aumento da eficiência na arrecadação de receitas patrimoniais, buscando uma retribuição justa pela utilização dos bens da União;
- Serviços de atualização cartográfica e cadastral, inclusive dos imóveis oriundos de órgãos extintos, como a Rede Ferroviária Federal.

A estruturação funcional da Secretaria e Superintendências é norteada pelos macroprocessos necessários à gestão do patrimônio da União (Caracterização/Incorporação, Destinação e Gestão de Receitas Patrimoniais). Nesta perspectiva, os principais resultados institucionais decorrentes desta missão são: a) Apoio à Administração Pública Federal, b) Apoio aos Programas Estratégicos e c) Arrecadação de Receitas.

O presente relatório está estruturado, tanto quanto possível, seguindo a lógica sequencial dos macroprocessos existentes na Secretaria e Superintendências, cujas atividades relacionadas à gestão do patrimônio iniciam-se pela Caracterização (definição e demarcação das áreas da União), Incorporação (formalização do registro das áreas identificadas), Destinação (definição das finalidades do patrimônio, levando em consideração os princípios pertinentes) e Gestão de Receitas, responsável pela arrecadação dos valores devidos relativo ao uso dos imóveis da União.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 Identificação da SPU-DF

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA SPU-DF – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código SIORG: 2981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal			
Denominação Abreviada: SPU-DF			
Código SIORG: 18944		Código LOA: 47101	Código SIAFI: 170021
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.489.828/0020-18	
Principal Atividade: Administração e Gestão do Patrimônio e Gastos Gerais; Federal, Estadual, Municipal.			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:		(61) 2020-2601	(61) 2020-2676
Endereço Eletrônico: spudf@planejamento.gov.br			
Página na Internet: www.patrimoniode todos.gov.br e www.spu.planejamento.gov.br			
Endereço Postal: SAN, Quadra 3, Lote “A” – Ala Sul – 2º andar – Edifício Núcleo dos Transportes, Brasília/DF, CEP 70040-902			
Normas Relacionadas à SPU e SPU-DF			
Normas de criação e alteração da SPU e SPU-DF			
<p>Após o descobrimento das terras brasileiras, somente a partir de 1531, iniciou-se a ocupação do solo, com a adoção do sistema das Capitanias Hereditárias. Inicialmente, os problemas fundiários ficaram afetos aos donatários, aos quais incumbia a distribuição de sesmarias, bem como a fiscalização do uso da terra.</p> <p>Com a criação do Governo-Geral sediado em Salvador-BA, esses problemas fundiários passaram aos Governadores-Gerais. Expandindo-se o povoamento da terra, coube a tarefa da distribuição de áreas e sua fiscalização às autoridades locais.</p> <p>O sistema fundiário seguiu no curso do tempo sem grandes alterações, de forma mais ou menos desordenada, até a Independência do Brasil, em 1822. Naquela época - pouco antes da independência do Brasil -, diante da situação fundiária totalmente tumultuada e até caótica, adotou-se uma solução drástica, por intermédio da Resolução de 17 de julho de 1822, quando foram suspensas todas as concessões de terras, até que lei especial regulasse, por completo, a matéria.</p> <p>Somente com a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, disciplinou-se o regime jurídico aplicável às terras públicas. A referida lei - segundo Messias Junqueira ("Estudos sobre o sistema sesmaria", Recife, 1965)-, constituiu uma das leis mais perfeitas que o Brasil já teve: humana, liberal, conhecedora da realidade brasileira, sábio código de terras, que tanto mais se admira quanto mais se lhe aprofunda o espírito, superiormente inspirado". Possui, também, a referida lei, outra particularidade interessante: dela se originou a primeira repartição pública, especificamente incumbida do problema fundiário, denominada “Repartição-Geral de Terras Públicas”, criada no seu art. 21 e regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854.</p> <p>Após a promulgação da República, a Lei nº 2.083, de 30 de julho de 1909, criou novo órgão para cuidar das terras públicas, denominado Diretoria do Patrimônio Nacional que integrava a estrutura do Ministério da Fazenda.</p> <p>No curso do tempo, passou-se a denominar o órgão de Diretoria do Domínio da União (Decreto nº</p>			

22.250/32), Serviço do Patrimônio da União (Decreto-lei nº 6.871/44), recebendo, por força do Decreto nº 96.911, de 3 de outubro de 1988, sua atual denominação, Secretaria do Patrimônio da União – Superintendência de Patrimônio da União, quando ainda integrava a estrutura do Ministério da Fazenda.

Atualmente, diante da alteração legislativa ocorrida em 1999, a SPU integra a estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que dispõe sobre a estrutura da Presidência da República e seus Ministérios.

As atuais atribuições conferidas à Secretaria do Patrimônio da União encontram-se descritas no art. 29 do Decreto nº 7.675/2012, de 20 de janeiro de 2012, que aprovou a estrutura regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Constituição Federal de 1988, artigo 20 que indica os bens da União.

A estrutura organizacional da SPU está fixada nos seguintes normativos: Decreto nº 6.929, de 6 de agosto 2009, que instituiu as Superintendências nos Estados em substituição às Gerências Regionais, sendo revogados sucessivamente pelos Decretos nº 7.063/2010 e 7.675/2012.

O Regimento Interno foi publicado por meio da Portaria SPU nº 220/2014 e a atual Estrutura Regimental, Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão encontram-se previstos no Decreto nº 8.578, de 26/11/2015.

1.2 Finalidade e Competências

A Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU-DF) é uma unidade supervisionada pela Secretaria do Patrimônio da União, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Alinhada com a missão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), "*Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação*",

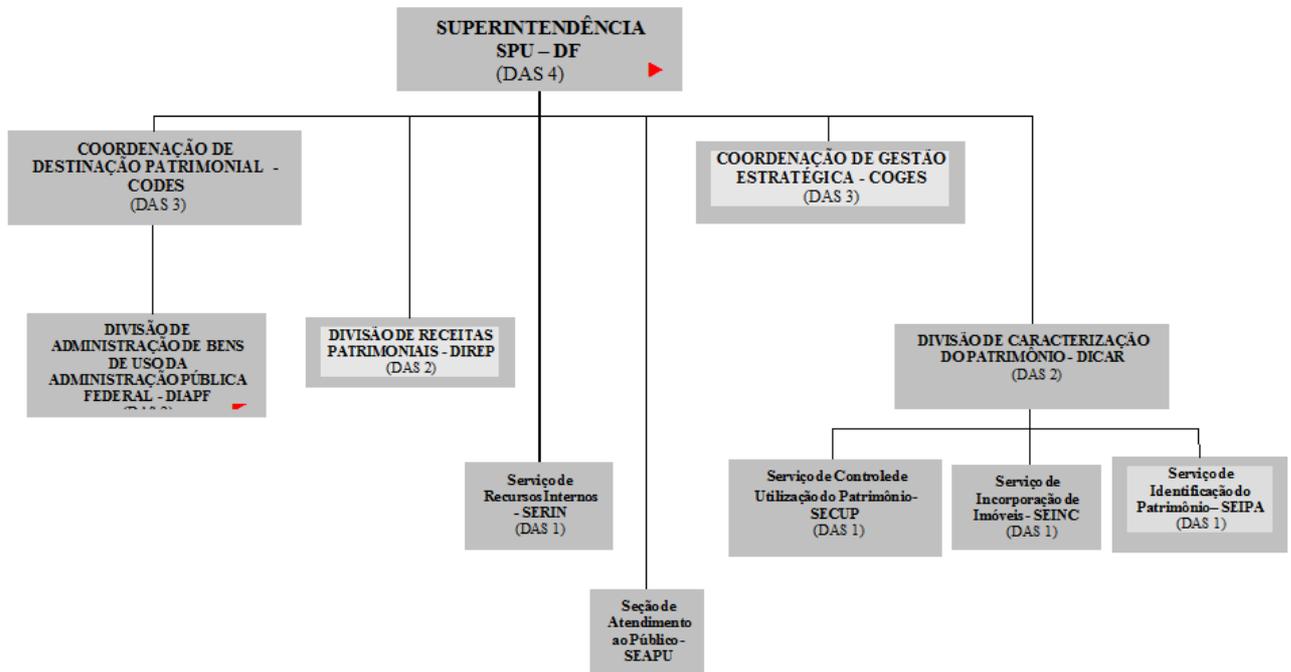
Compete à Superintendência do Patrimônio da União no DF (SPU-DF) exercer as atividades afetas à SPU, segundo normas e orientações estabelecidas pela unidade central, bem como gerenciar e adotar as providências necessárias à regularidade dominial do patrimônio imobiliário da União no Distrito Federal e zelar por sua conservação; e estabelecer acordos ou convênios com autoridades locais.

1.3 Ambiente de Atuação

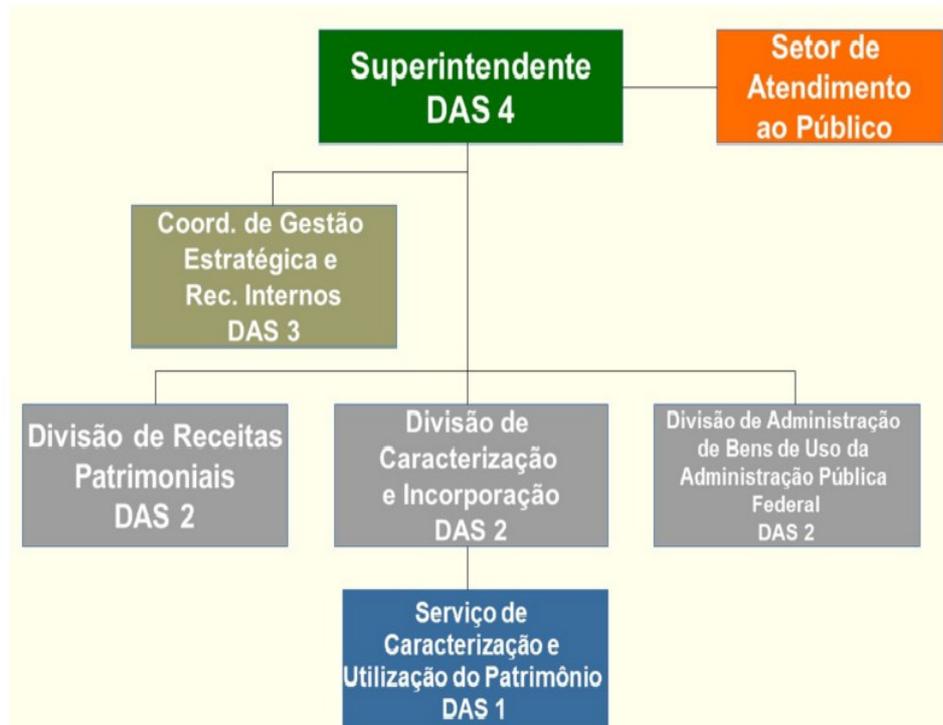
A SPU-DF atua no âmbito do Distrito Federal, destacando-se as atividades relacionadas à caracterização, incorporação, destinação e gestão das receitas relacionadas aos imóveis de propriedade da União que se encontram inseridos nos limites do Distrito Federal.

731.4 Organograma

- até 16/12/2015 (de acordo com o regimento interno – Portaria 220/2014):



- após 17/12/2015 (de acordo com o Decreto nº 8.578/15 e Portarias Secex/MP de 16/12/15):



QUADRO – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete da Superintendência - GAB	Gerenciar, adotando as providências necessárias à regularidade dominial do patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação no Distrito Federal; estabelecer acordos ou convênio com autoridades locais; acompanhar as ações de arrecadação e cobrança administrativa; acompanhar a administração dos recursos humanos, materiais e logísticos; das ações de manutenção, depuração e atualização de cadastros; e dos imóveis residenciais de propriedade da União destinados à utilização pelos agentes políticos e servidores públicos federais e sua manutenção; realizar os atos de ordenamento de despesas e de administração financeira dos recursos orçamentários e financeiros relacionados aos imóveis funcionais de propriedade da União no DF.	Sérgio Antonio Gonçalves e Valéria Veloso Caetano Soares – Substituta	Superintendente	De 01/01/15 até a 24/08/15. De 24/08/15 até 31/12/2015.
Divisão de Gestão Estratégica – DIGES e Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES	Coordenar e acompanhar as requisições, solicitações e recomendações do Ministério Público, do Poder Judiciário e da Advocacia-Geral da União – AGU; subsidiar os procedimentos judiciais destinados à defesa do patrimônio da União; analisar processos para regularização das ocupações e sua utilização; requisitar a reintegração de posse dos bens imóveis da União; elaborar o Relatório de Gestão Anual, dentre outras constantes no inciso I do art. 50 da Portaria n 220/2014. A partir de 17/12/15, também incorporou as atividades do extinto SERIN.	Carlos Eduardo Costa Taveira	Chefe de Divisão; e Coordenador	De 01/01/15 até 16/12/15; e De 17/12/15 até 31/12/2015.
Serviço de Recursos Internos – SERIN (ligado ao Superintendente - GAB)	Executar as atividades necessárias ao desempenho da gestão local de recursos humanos, físicos e logísticos, observando a necessária capacitação da equipe; promover a modernização dos equipamentos; manter sob sua guarda, responsabilidade e organização o serviço de protocolo e registros de documentos, títulos e processos relativos aos bens imóveis do domínio e posse da União; dar manutenção de controles sintético e analítico de bens mobiliários.	Cibele Pereira de Castro Lins	Chefe de Serviço (cargo extinto)	De 01/01/15 até 16/12/15.
Coordenação de Destinação Patrimonial – CODES	Coordenar e acompanhar as ações de cobrança administrativa e arrecadação de receitas patrimoniais; de gestão dos imóveis residenciais; de incorporação e destinação dos imóveis ao patrimônio da União; e de manutenção e atualização da base cadastral do SPIUnet.	Valéria Veloso Caetano Soares	Coordenadora (cargo extinto)	De 01/01/15 até 16/12/15.
Divisão de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal – DIAPF	Administrar os imóveis residenciais de propriedade da União destinados à utilização pelos agentes políticos e servidores públicos federais e promover sua manutenção; executar os atos de ordenamento de despesas e de administração financeira dos recursos orçamentários e financeiros relacionados aos imóveis funcionais no DF; manter atualizado o cadastro de imóveis funcionais - CIF. A partir de 17/12/15, também incorporou as atividades dos extintos CODES e SEADL.	Evaldo de Santana Rodrigues; e Valéria Veloso Caetano Soares	Chefe de Divisão; Chefe de Divisão	De 01/01/15 até 16/12/15. De 17 a 31/12/2015.
Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local – SEADL (ligado à Divisão de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal – DIAPF)	Executar as ações de incorporação de imóveis ao patrimônio da União, conforme legislação pertinente, por meio dos seguintes processos: aquisição de imóveis por compra e venda, doação em pagamento, doação e usucapião administrativa; advindos da extinção de órgãos da administração federal direta, autárquica ou fundacional e liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista; lavrar, com força de escritura pública, os atos relativos a imóveis da União; providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes;	Luciana Proença Moreira da Assunção; e Vicentina de Fátima Pedrosa	Chefe de Serviço; Chefe de Serviço, Substituta; (cargo extinto)	De 01/01/15 até 27/08/15. De 06/07/15 até 16/12/15.

	programar e executar as ações de destinação por meio de entrega, cessão, doação, dação em pagamento e permuta, entre outros, quando presente o interesse público, observando a utilização e racionalização dos imóveis da União; e inserir e manter atualizada a base cadastral do SPIUNET.			
Serviço de Receitas Patrimoniais – SEREP; e Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP.	Executar as ações de cobrança administrativa e arrecadação de receitas patrimoniais, na forma permitida em lei; promover a alienação dos imóveis da União não utilizados em serviço público.	Mônica Aparecida Lopes	Chefe de Serviço (cargo extinto); e Chefe de Divisão	De 01/01/15 até 16/12/15; e De 17 a 31/12/2015.
Coordenação de Caracterização do Patrimônio – COCAP; e Divisão de Caracterização do Patrimônio – DICAR.	Coordenar e acompanhar as ações de cadastramento, fiscalização, identificação e demarcação dos imóveis de propriedade da União; analisar os laudos de avaliação para homologação; atuar na instrução dos processos de regularização fundiária habitacional. A partir de 17/12/15, também incorporou as atividades da extinta COCAP.	Thaís Brito de Oliveira	Coordenadora; e Chefe de Divisão	De 01/01/15 até 16/12/15; e De 17 a 31/12/2015.
Divisão de Controle de Utilização do Patrimônio – DICUP (ligado à Divisão de Caracterização do Patrimônio – DICAR)	Executar as ações programadas de cadastramento, fiscalização, identificação e demarcação dos imóveis de propriedade da União utilizados em serviço público ou por terceiros, promovendo as inscrições de ocupação de imóveis da União na forma da lei.	José Guilherme Leal Velloso	Chefe de Divisão (cargo extinto)	De 01/01/15 até 16/12/15.
Serviço de Incorporação de Imóveis – SEINC; e Serviço de Controle de Utilização do Patrimônio - SECUP (ligado à Divisão de Caracterização do Patrimônio – DICAR)	Exercer as atividades de localização, georreferenciamento, cartografia e demarcação de imóveis de propriedade da União; elaboração de peças técnicas e envio ao setor competente - de incorporação - para registro em cartório; apoio da fiscalização para localização e mensuração de áreas.	Rodrigo Pessoa Trajano	Chefe de Serviço	De 01/01/15 até 16/12/2015; e De 17 a 31/12/2015.

1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

1.5.1 DESTINAÇÃO PATRIMONIAL

Ao longo do exercício de 2015 a Unidade realizou as suas atividades procedentes da Administração Pública Federal – APF, do Apoio ao Desenvolvimento Local – ADL e da Regularização Fundiária de Interesse Social.

As ações desenvolvidas pela Unidade revelam os encaminhamentos adequados às questões vinculadas ao Patrimônio da União e demais procedimentos inerentes e específicos do setor. As metas para destinação estabelecidas pelo Órgão Central, por meio de Portaria, foram atendidas.

Comparativo das Transações Imobiliárias da União realizadas na SPU-DF Exercícios de 2012 a 2015

AÇÃO	UNIDADE	AÇÃO	REALIZADAS			
			2012	2013	2014	2015
Transações Imobiliárias de Apoio à Administração Pública e ao Desenvolvimento Local/regional	Destinação	Entrega	32	35	37	58
		Cessão	07	07	15	09
		Portaria Cessão	-	01	-	-
		Concessão CDRU	-	1	-	02
		Transferência de domínio	1	-	03	03
		Termo Aditivo	1	2	01	-
		Doação com encargos	-	06	02	1
		Portaria Autorizativa de doação	-	02	02	-
		SOMA	49	64	61	73 (*)

Obs: (*) 2 destinações realizadas no exercício de 2015 foram publicadas apenas em 2016, motivo pelo qual não constaram na apuração da GIAPU 2015.

Em atenção às políticas públicas do governo federal em 2015, a SPU-DF firmou 73 contratos, dos quais destacamos os abaixo listados:

- ✓ Três Transferências de Domínio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com área que totaliza 799,1989 hectares para promover assentamento de 97 famílias no Distrito Federal, sendo os imóveis denominados de: Fazenda Rodeio e Fazenda Lages, inseridos na Fazenda Palma e Rodeador; e a Gleba 81, na Fazenda Sálvia;
- ✓ Um Contrato de Doação com Encargo ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB referente a um imóvel com 75.197,76m², denominado Lote 01, DF 480 – Setor de Múltiplas Atividades, localizado na Região Administrativa do Gama, para a instalação do Campus Gama, visando à educação profissional e tecnológica em diversas modalidades de ensino;

- ✓ Dois Contratos de Cessão de Uso Gratuito com o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal SLU-DF, de uma área de 7.354,61m² localizado no Núcleo Bandeirantes, Lote B, Área Especial – AE 08, para ser utilizada como Ponto de Entrega Voluntária – PEV e a outra área de 109.886,00m² localizada na Fazenda Sálvia, na Região Administrativa de Sobradinho, que será utilizado como Área de Transbordo e Triagem – ATT, o qual receberá resíduos da construção civil. Atividades estas em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- ✓ Dois Contratos de Cessão, sob o Regime de Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel Gratuito com a Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal – CENTCOOP/DF, totalizando uma área de 116.564,06m², destinado a construção e instalação de Centro de Triagem e da Central de Comercialização de Materiais Reutilizados e Reciclados advindos da coleta pública no âmbito do Distrito Federal.

1.5.1.1 Administração dos Imóveis Funcionais

O Setor, no ano de 2015, promoveu as ações visando à administração dos imóveis funcionais de propriedade da União destinados à utilização pelos agentes políticos e servidores públicos federais.

Neste contexto foram analisados processos de destinação de ocupação de imóvel funcional, realizando todas as ações que resultam no andamento dos mesmos, tais como: 70 outorgas; 513 inclusões, 260 exclusões e 1.220 alterações de taxa de ocupação dos permissionários no SIAPE; 56 revogas.

Compete-nos também instruir os processos de retomada administrativa e/ou de reintegração de posse, na esfera judicial, quando os imóveis não são desocupados no prazo legal.

Na administração desses imóveis cabe, ainda, efetuar os pagamentos de taxas condominiais ordinárias, dos imóveis vagos, e extraordinárias, quando existentes, de todos.

Neste exercício foi arrecadado o montante de R\$ 5.519.312,23 de taxa de ocupação, juros e multas. Esclarecemos que desse total foram transferidos, a pedido, R\$ 2.330.387,87 ao MRE e PR para manutenção dos imóveis por eles administrados.

Para pagamento de taxas ordinárias e extraordinárias condominiais foram expedidas 1.946 Ordens Bancárias (OB's) no valor total de R\$ 2.161.639,47 e Restituições/indenizações no valor de R\$ 42.381,20.

No corrente exercício, a Caixa repassou R\$ 20.525.708,34, advindos de parcelamentos das alienações de imóveis funcionais, por meio de DARF (receita 1364), conforme quadro abaixo.

Arrecadação de Alienação de Imóveis Funcionais - Caixa

MESES - 2015	VALORES
JANEIRO	2.140.501,25
FEVEREIRO	1.442.756,18
MARÇO	2.052.543,00
ABRIL	1.849.652,22
MAIO	2.470.887,34
JUNHO	2.742.871,43

JULHO	845.193,92
AGOSTO	1.499.286,52
SETEMBRO	2.362.132,52
OUTUBRO	688.929,46
NOVEMBRO	1.051.419,79
DEZEMBRO	1.379.534,71
TOTAL	20.525.708,34

Fonte: Caixa (valores informados por e-mail)

1.5.1.2 Receitas Patrimoniais

Em alinhamento com o Órgão Central, os macroprocessos finalísticos do SEREP são a Arrecadação (Adimplência) e a Cobrança (Inadimplência).

Com relação ao macroprocesso de arrecadação, esta Superintendência participa ativamente na preparação do ambiente necessário ao lançamento das receitas anuais no processo da Grande Emissão.

O macroprocesso de cobrança são procedimentos administrativos que permitem que todos os débitos inadimplidos sejam cobrados ou enviados à Dívida Ativa da União.

Estas ações garantem, de forma eficiente, a regularidade do recebimento de receitas e a geração de recursos para a União.

A receita arrecadada no âmbito desta Superintendência no exercício de 2015 atingiu o valor de R\$ 50.780.250,70, considerando as receitas de Laudêmio, taxa de ocupação dos imóveis dominiais e funcionais, Dívida Ativa, alienação de outros bens imóveis, parcelamento, etc.

(FONTE: Sistema SIAPA/SIAFI/RFB/SARP/PGFN)

Merecem destaque os instrumentos de gestão de receitas implantados pelo DERE - Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais, tendo como uma de suas principais atribuições orientar e acompanhar as ações de arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, sob a responsabilidade das Superintendências do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal, notadamente aquelas que visaram a qualificação dos cadastros, ou seja, a Prévia na Grande Notificação.

Neste sentido, este Serviço de Receitas, por meio de força tarefa, analisou diversas planilhas encaminhadas pelo DERE, alterando e/ou atualizando dados e fornecendo informações ao Órgão Central de forma a possibilitar a atuação preventiva, como a de evitar que o instituto da prescrição alcance os débitos ainda não inscritos em Dívida Ativa da União, bem como eliminar possíveis riscos de renúncia de créditos patrimoniais e cobranças indevidas, oferecendo confiabilidade para o contribuinte, buscando também proporcionar um atendimento mais eficaz para o cidadão.

Além da função arrecadatória, esta Superintendência, em cumprimento à sua missão social e a legislação vigente, realizou também ações que resultaram na isenção por carência do pagamento da taxa de ocupação para 44 ocupantes de baixa renda, de acordo como o art. 1º, do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981. E, neste contexto, também foram analisados os

requerimentos apresentados pelos ocupantes e 389 imóveis considerados produtivos tiveram a redução da alíquota da taxa de ocupação de 5% para 2%, em conformidade com a Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

1.5.2 - CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A Coordenação de Caracterização Patrimonial (COCAP), em 2015, foi a responsável pelas atividades relacionadas a caracterização do Patrimônio da União no DF. Entende-se por atividades relacionadas a caracterização como: incorporações, fiscalizações, identificações e demarcações e cadastramentos. A Coordenação estava organizada conforme o organograma abaixo.



Sendo: SEINC – Serviço de incorporação e DICAR – Divisão de Caracterização. Somente as caixas destacadas em cinza estão relacionadas a cargos de chefia. Importante destacar que, em Dezembro de 2015, a coordenação foi extinta permanecendo a Divisão de Caracterização e Incorporação do Patrimônio – DICAR.

A seguir, serão destacadas as atividades realizadas na coordenação em 2015, conforme estrutura apontada no organograma.

1.5.2.1 – Serviço de Incorporação - SEINC

O Serviço de Incorporação – SEINC tem por objetivo a demarcação, destaque de matrículas, elaboração de mapas e memoriais descritivos, georreferenciamento de imóveis/terras da União, cadastro ambiental rural e análises de pedidos de inscrição de ocupação ou transferência nos quesitos: reconhecimento da área solicitada, regras do Plano Distrital de Ordenamento Territorial e regras ambientais. Os trabalhos são motivados pela aquisição de novas áreas e destaques de áreas das matrículas para destinação.

Frequentemente são realizados serviços para dirimir dúvidas sobre dominialidade de imóveis/Terras da União. Outras ações também são motivadas por demanda externas, tais como do poder judiciário, AGU e de controle interno e externo.

O serviço prestado por esta estrutura se caracteriza como base para a equipe de destinação, incorporação e fiscalização. Para a execução das atividades a equipe detém de equipamentos utilizados em campo, relacionados no quadro a seguir.

TABELA DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS PARA USO DE CAMPO				
Item	Qt.	Equipamento	Marco - Status	
1	2	Receptor GPS	Trimbler 5700	Completo
2	2	Receptor GPS	Trimbler R-3	Completo
3	4	Receptor GPS	Trimbler Juno SB	
4	4	Radio Comunicação	Motorola	
5	1	Trena Laser	Disto D-8	

Em 2015, a equipe foi focada para formação de bancos de dados de glebas/chácaras inseridas nos imóveis rurais de propriedade da União. O *software QuantumGis* foi utilizado para o cadastramento de imóveis no banco de dados e para gerar mapas e demais informações solicitadas pelos setores. Além disso, foi utilizado o Terrageo (disponibilizado por meio de acordo de cooperação técnica com a Terracap), para dirimir dúvidas quanto a dominialidade de áreas.

Importante destacar que o setor sofreu uma diminuição drástica no número de servidores demandando o deslocamento de 01 servidor de outra área somado ao outro que permaneceu no setor. Em agosto de 2015, o setor contou com o incremento de 02 estagiários especializados na área.

A SPU-DF tem buscado parcerias de outros órgãos públicos (Exército, Polícia Rodoviária Federal, TERRACAP, dentre outros) para apoio nas atividades de campo. Nota-se uma carência de equipamentos para a consecução das atividades de forma mais efetiva.

Os itens relacionados no quadro a seguir são desejáveis para um aumento de incremento da capacidade de cumprimento das atividades do setor.

EQUIPAMENTOS		SOFTWARES (PROGRAMAS)
10	Tablets 10 pol com acesso a internet através de chip integrado e GPS. Processador no mínimo Quadcore 1.2 Ghz e memória RAM de 2 GB	Trackmaker Profissional
02	Estações Gráficas (Workstation) mínimo Quadcore 2,5 GHz, 10 MB) 8 GB SDRAM DDR3 a 1866MHz. Placa Gráfica NVIDIA Quadro K2000 de 2 GB. Windows 7 Professional	ArcGis
01	Aparelho GPS L1/L2 com correção diferencial em tempo real (modelo RTK)	Autocad Map

INCORPORAÇÕES REALIZADAS EM 2015				
QT	Órgão, entidade, beneficiário ou ocupante	Região, Setor, Fazenda	Endereço do imóvel	OBSERVAÇÃO
1	Embaixada do Iraque	Setor de Embaixadas Sul	Lote 64	
2	Ministério da Cultura	Setor de Habitações Individuais Sul	lote "B", QL 09	Doação para uso do Museu Afro

1.5.2.2 - Fiscalização

A equipe de fiscalização tem como função manter a vigilância, controle, verificação e acompanhamento, visando o uso adequado das áreas de dominialidade do Patrimônio da União no DF.

As ações de fiscalização são motivadas por demandas interna, externa ou de rotina. Ainda, a equipe atende a denúncias ou solicitações do Poder Judiciário ou Órgãos de Controle, bem como por qualquer representante da sociedade civil.

As áreas da União no DF consistem em basicamente áreas dominiais, funcionais e de imóveis próprios nacionais. Para uma melhor organização dos trabalhos de fiscalização, foi criada uma equipe específica para atendimento as demandas dos imóveis funcionais e próprios nacionais.

Em 2015, foi elaborado o plano anual de fiscalização que previu o total de 576 fiscalizações para o ano. Para o controle das fiscalizações realizadas utilizamos o lançamento dos dados em planilha eletrônica e o software *Qlik View* para o acompanhamento com relatórios *on line* das fiscalizações realizadas. Cabe destacar que o planejamento foi elaborado com base no histórico apontado pela planilha eletrônica de 2014, ano em que o acompanhamento dos dados de fiscalizações foi iniciado.

Todos os documentos e ações geradas em 2015 se encontraram baseadas no manual de fiscalização, publicado em dezembro de 2014 por meio da Portaria MP 320/2014.

A equipe de fiscalização de imóveis funcionais, rotineiramente, atende aos requerimentos de construções e acompanhamento de obras de responsabilidade de condomínios, assim como: vistorias, recebimento e entrega de chaves dos imóveis funcionais, solicitações de reparos e reintegração de posse.

Foram planejadas 194 fiscalizações deste tipo para 2015. Conforme dados do controle das fiscalizações em imóveis funcionais, foram realizadas 191 fiscalizações até dezembro de 2015, conforme a distribuições apontadas nos gráficos a seguir. Desta forma pudemos observar o alcance de 98,45% das fiscalizações planejadas.

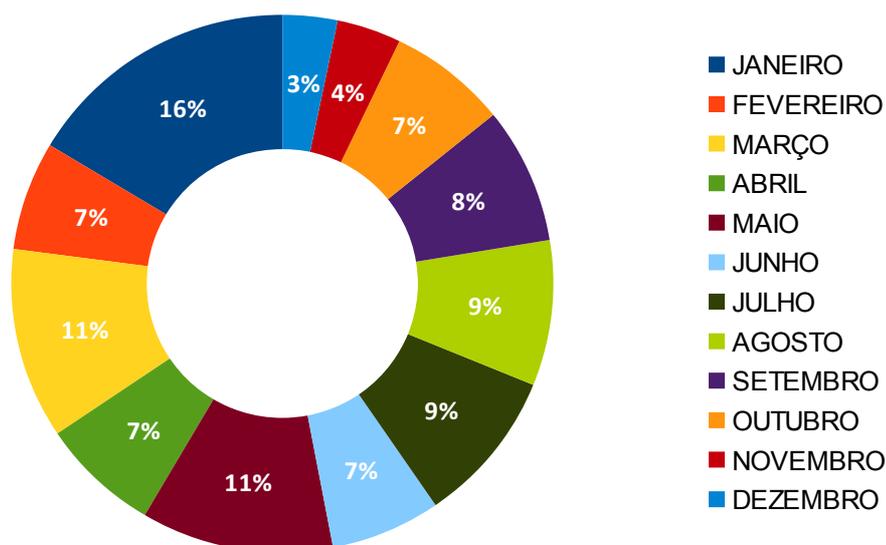


Gráfico 1 – Distribuição do percentual mensal do total de 191 fiscalizações realizadas em imóveis funcionais/próprios nacionais em 2015

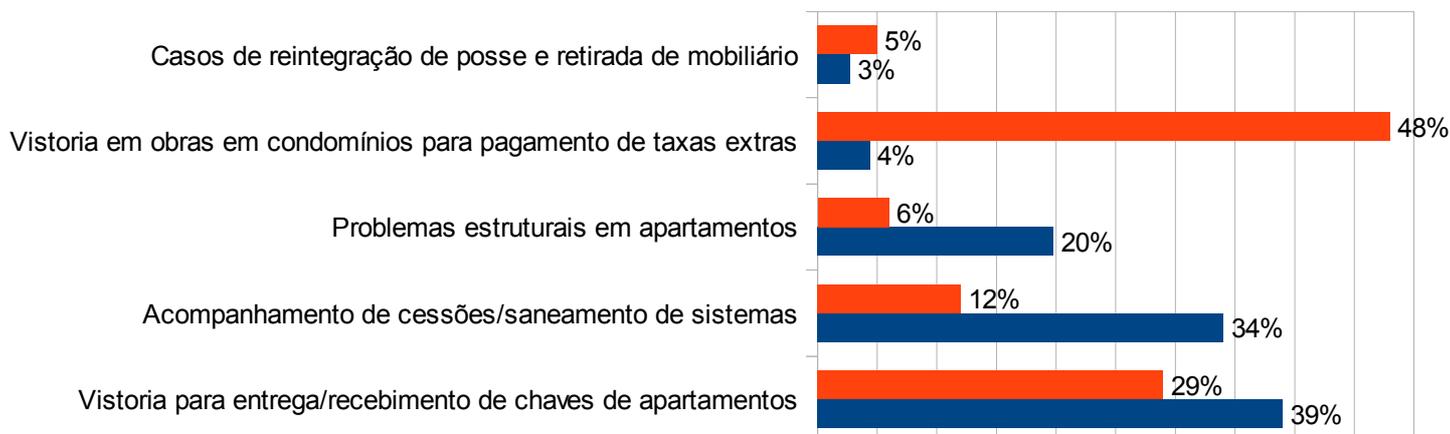


Gráfico 2 – Distribuição do percentual de fiscalizações realizadas em imóveis funcionais/próprios nacionais por bairro em 2015

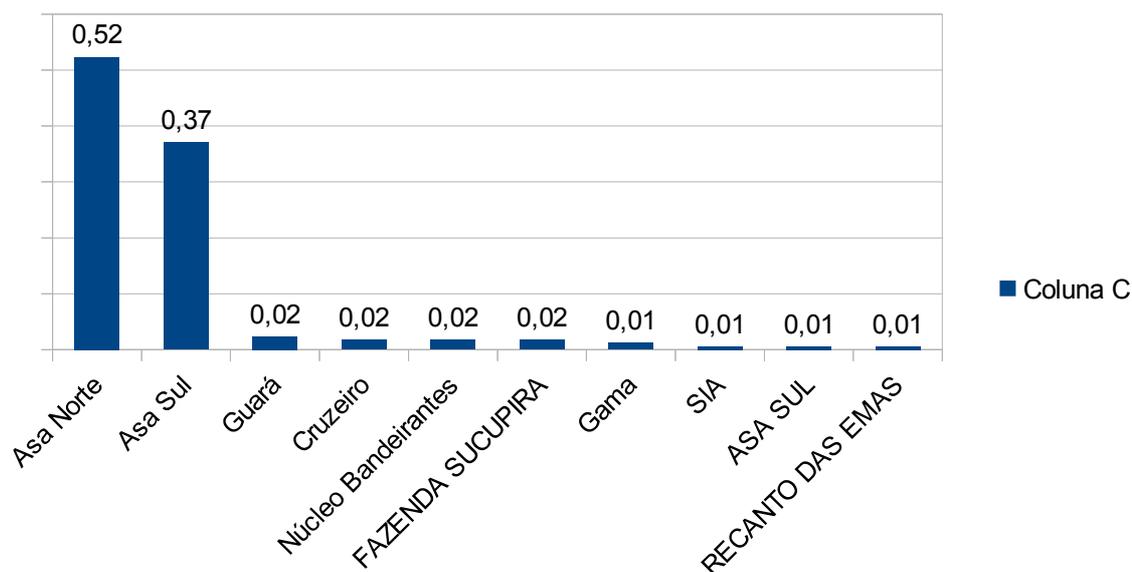


Gráfico 3 – Distribuição das fiscalizações realizadas (em azul) e planejadas (em vermelho) para 2015, por tipologia

Podemos observar um crescimento nas demandas por vistoria sobre problemas estruturais em apartamentos, que gerou necessidade de reparos/reformas, para solução de questões apontadas nos processos ou levantamentos específicos nos próprios nacionais, além de uma movimentação maior na entrega e recebimento de chaves. Houve também uma queda brusca na demanda por vistorias em obras nos condomínios frente ao planejado.

Os demais servidores da equipe de fiscalização atendem a rotina ligada aos imóveis dominiais: apoio logístico/operacional ao SEINC, vistorias de rotina, atendimento a denúncias, acompanhamento de operações de reintegração de posse, vistorias de apoio ao cadastro e transferência de ocupante, apoio a operações específicas, dentre outros. Ainda, a fiscalização atende as demandas do Ministério Público, AGU e órgãos de controle. Para os casos de confirmação de infrações em relação ao uso e ocupação do Patrimônio da União, resultam as autuações de embargos, remoções e outras sanções previstas na legislação.

Como resultado da expansão urbana vem-se detectando um aumento de casos de ocupação irregular de áreas da União. Estas áreas frequentemente são objeto de invasão, exigindo a ação da SPU-DF, em articulação com outros órgãos de apoio: órgãos ambientais, Agência de Fiscalização do GDF, Secretaria de Ordem Pública do GDF, dentre outros, visando o restabelecimento da regularidade das áreas. Os fluxos a seguir refletem os procedimentos implantados em 2014 para os casos de indícios de uso irregular da área da União no DF.

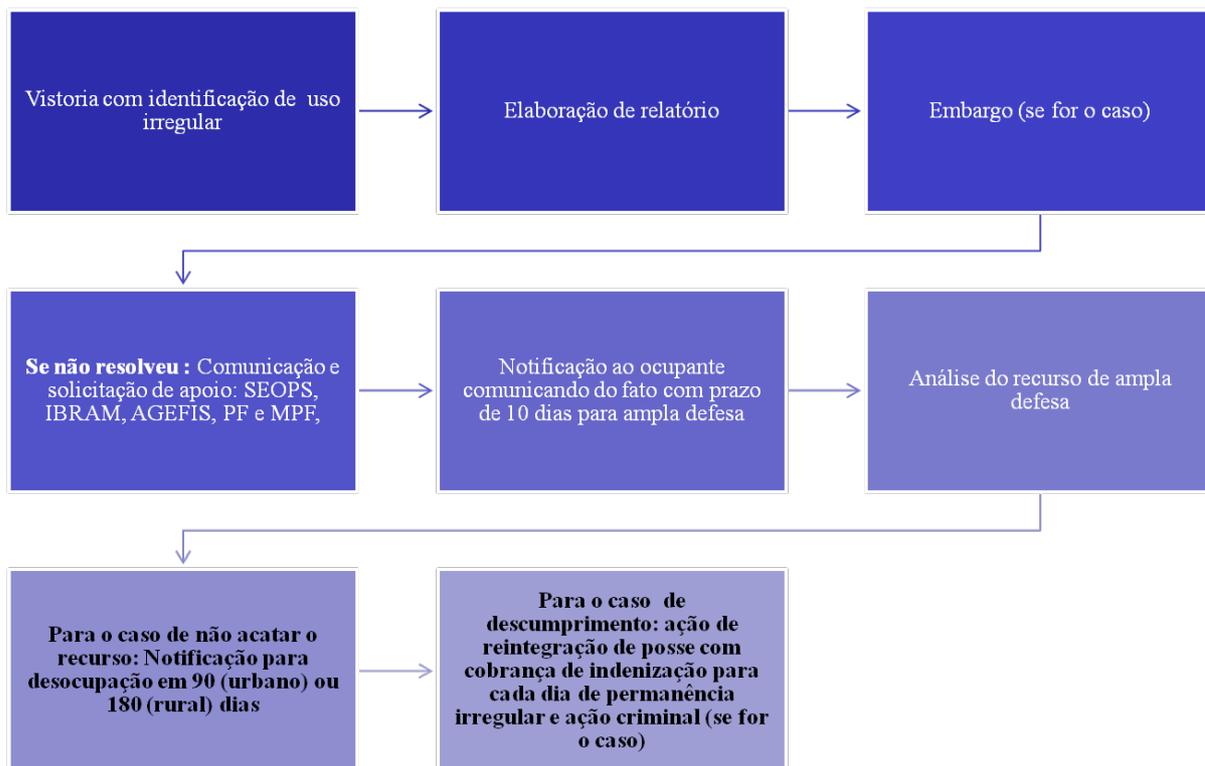


Figura 1 - Fluxo de ação para caso de uso irregular - Com inscrição de ocupação

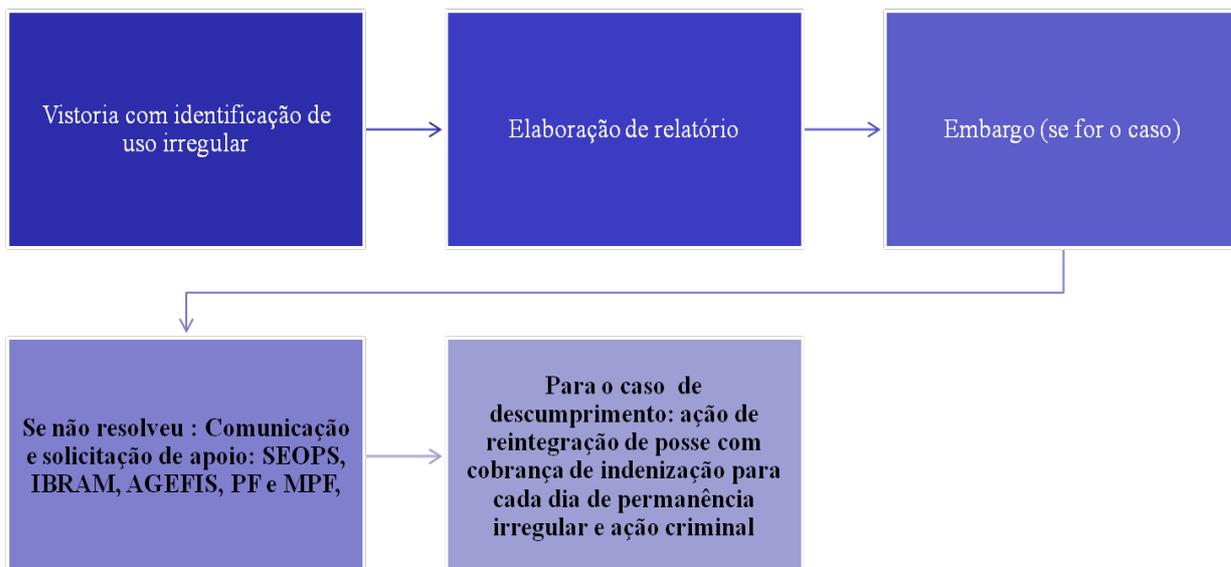


Figura 2 - Fluxo de ação para caso de uso irregular - Sem inscrição de ocupação

A rotina de fiscalização é antecipada pela emissão de ordem de fiscalização com designação de equipe de campo e posterior emissão de relatório. Os gráficos a seguir refletem as ações realizadas pela equipe de fiscalização em 2015, em suas respectivas modalidades.

Importante destacar que foram projetadas 385 fiscalizações em terras interiores/dominiais para 2015 e foram realizadas 524, portanto, foi alcançado 136,10% do valor planejado.

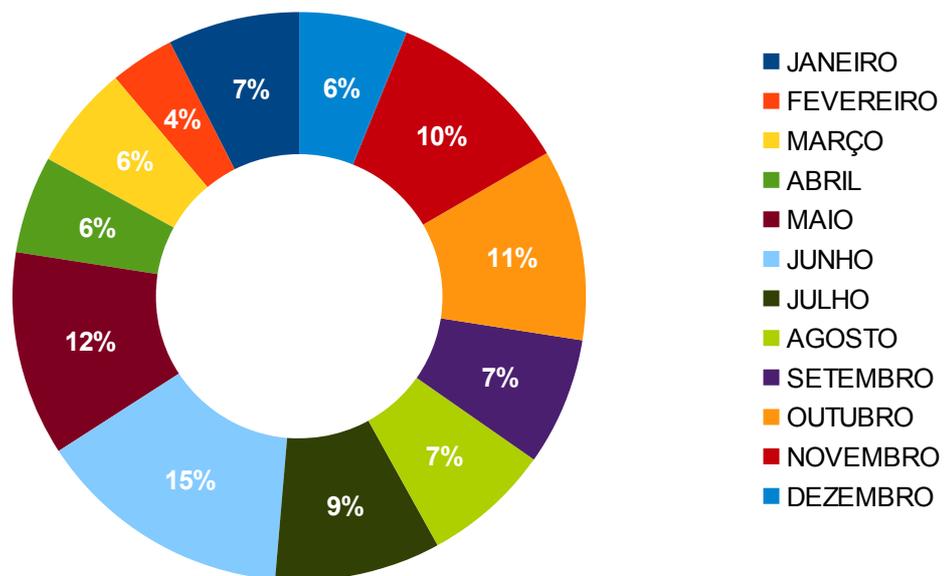


Gráfico 4 – Distribuição do percentual mensal do total de 524 fiscalizações realizadas em imóveis dominiais em 2015.

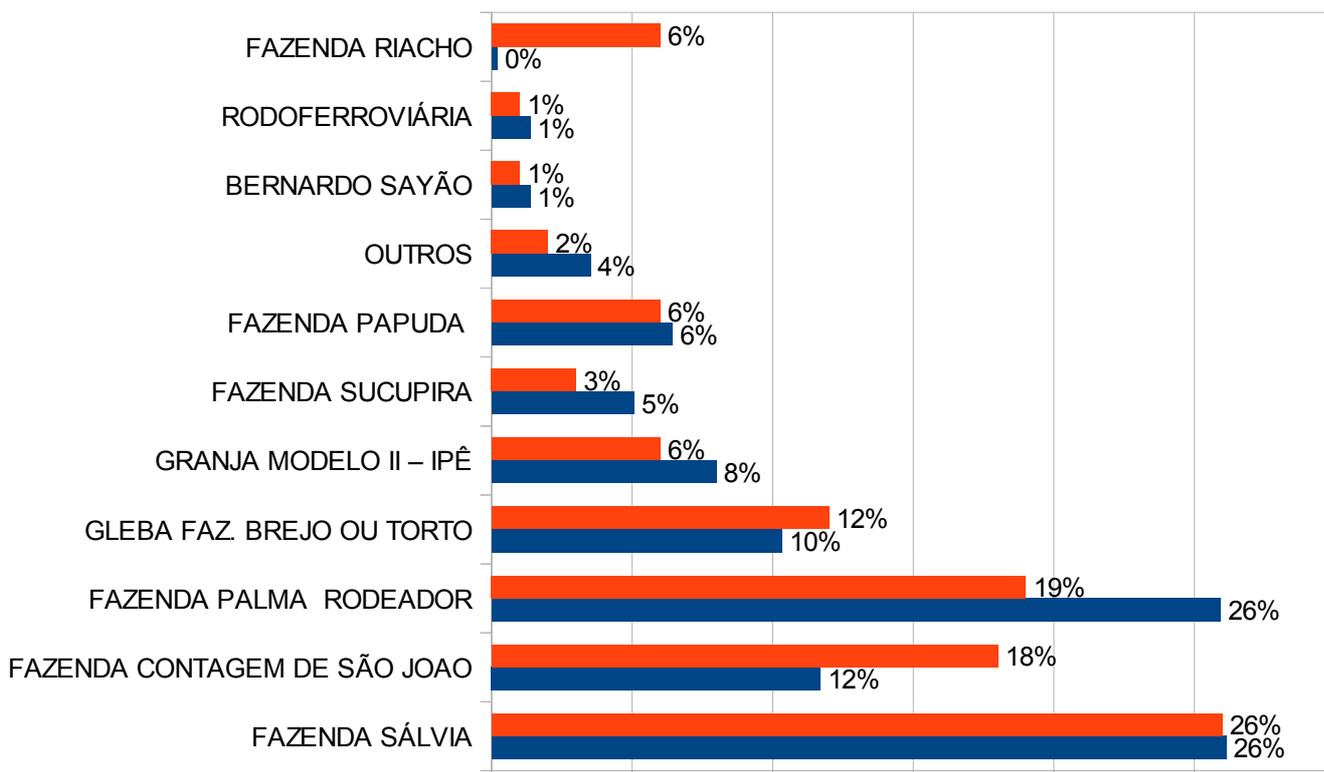


Gráfico 5 – Total de vistorias por território em 2015, com realizado destacado em azul e projetado destacado em vermelho.

Conforme o gráfico 5 apresentado, nota-se um destaque de crescimento expressivo nas fiscalizações realizadas na Fazenda Palma e Rodeador, maior território da SPU/DF e uma ligeira queda no valor projetado para as fiscalizações na Fazenda Contagem de São João. Ainda, o gráfico aponta que as fiscalizações da Fazenda Riacho Fundo foram bem inferiores ao planejado.

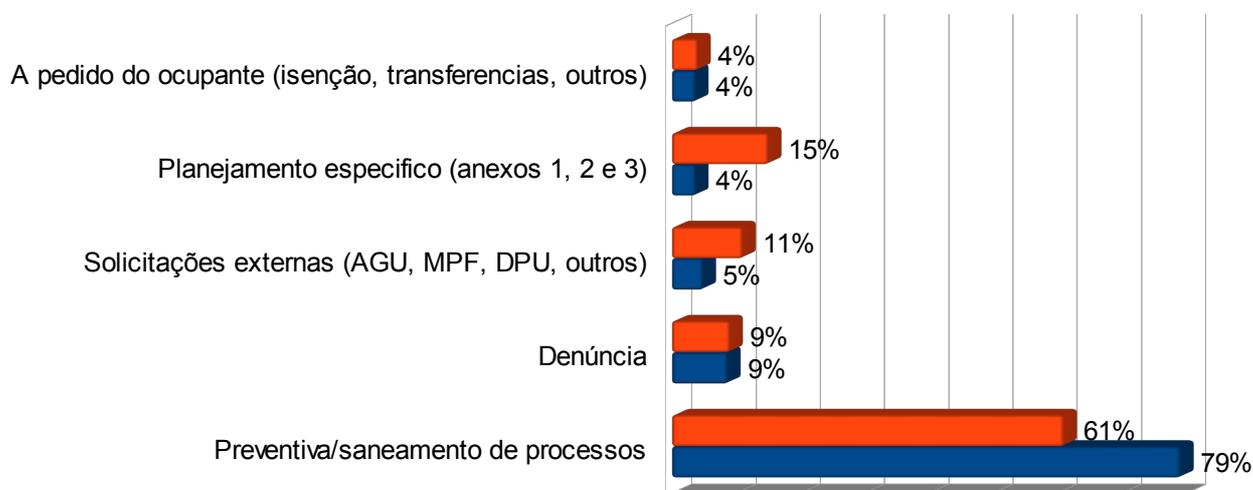


Gráfico 6 – Motivação das vistorias realizadas em 2015, com destaque em azul para o realizado e em vermelho para o planejado.

Nota-se um valor expressivo de fiscalizações preventivas realizadas nesta Superintendência, realizado a maior do valor planejado. Ainda, foi detectada uma queda de fiscalizações demandadas por órgãos externos frente ao planejado, assim como, algumas fiscalizações de planejamentos específicos não realizadas ou classificadas erroneamente na planilha eletrônica.

Importante informar que as atividades da fiscalização estão inseridas no Banco de Dados do Sistema FIGEST para contabilização de metas institucionais.

Ao longo do exercício de 2015, a fiscalização da SPU-DF não mediu esforços no sentido de desempenhar as Ações de Fiscalização de forma adequada e no estrito limite estabelecido pela norma vigente.

1.5.2.3 - Avaliação

A Instrução Normativa 001/2014 traz nos seus artigos 50 a 61 as orientações previstas para a adoção da Planta de Valores Genérica – PVG, onde a responsabilidade de manutenção de valores atualizados é das Superintendências.

Art. 50. É competência das Superintendências do Patrimônio da União manter atualizada a PVG para fins de aferição de valor e cobrança em função da utilização dos bens imóveis da União em sua base cadastral.

Conforme previsto no artigo 1º do Decreto-lei 2398/87, os valores de referência para cálculo do valor de taxa de ocupação, neste caso as PVGs, deverão ser atualizados anualmente.

Art. 1º A taxa de ocupação de terrenos da União, calculada sobre o valor do domínio pleno do terreno, anualmente atualizado pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU), será, a partir do exercício de 1988, de:

...

De acordo com o art. 50 da IN 001/2014, é de competência das Superintendências do Patrimônio da União manter atualizada a PVG para fins de aferição de valor e cobrança em função da utilização dos bens imóveis da União em sua base cadastral. O §1º orienta sobre os dados necessários para atualização da PVG:

“§1º Os dados necessários para a atualização da PVG deverão ser obtidos da seguinte forma:

- I - junto aos Municípios e ao Distrito Federal para as áreas urbanas por meio de PVG municipal ou distrital; e
- II - junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para as áreas rurais por meio de planilhas referenciais de preços de terras.”

Diante do novo normativo, os valores de referencia, contantes nas Plantas de Valores genéricas – PVGs, foram atualizados para áreas rurais: no mínimo, o valor médio da Planilha de Preços Referencias do Incra (R\$ 13.773,91 por hectare), para áreas urbanas: utilizou-se os valores venais de terrenos e edificações localizados no Distrito Federal, fornecido pela Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal, utilizado como base para o cálculo do IPTU para o ano de 2015.

Ainda, foi atualizado no SIAPA os referenciais de valores para estimativa de valoração para as construções existentes nas áreas da União. Para tanto, foram utilizadas informações existentes no sítio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, que fornece os valores do CUB calculados pelos Sindicatos da Indústria da Construção Civil dos Estados (SINDUSCON-UF), sendo que o valor do CUB é atualizado mensalmente pelo SINDUSCON, base janeiro de 2015.

1.5.2.4 - Cadastramento

Com a publicação da Portaria 259/2014, esta Superintendência apontou necessidades de elaboração de fluxo interno de análise de pedidos de inscrição de ocupação e transferência bem como capacitação de pessoal.

Em 10 de outubro de 2014, foi publicado o novo regramento para as Inscrições de Ocupação em propriedades da União: a Portaria nº 259/2014. O novo regramento trouxe um rol complementar de documentação necessária para a destinação de áreas da União para pessoas físicas e jurídicas.

Sendo assim, a competência que antes era só setor de cadastramento, passa a ser distribuída por diversos setores da Superintendência, conforme fluxos a seguir.

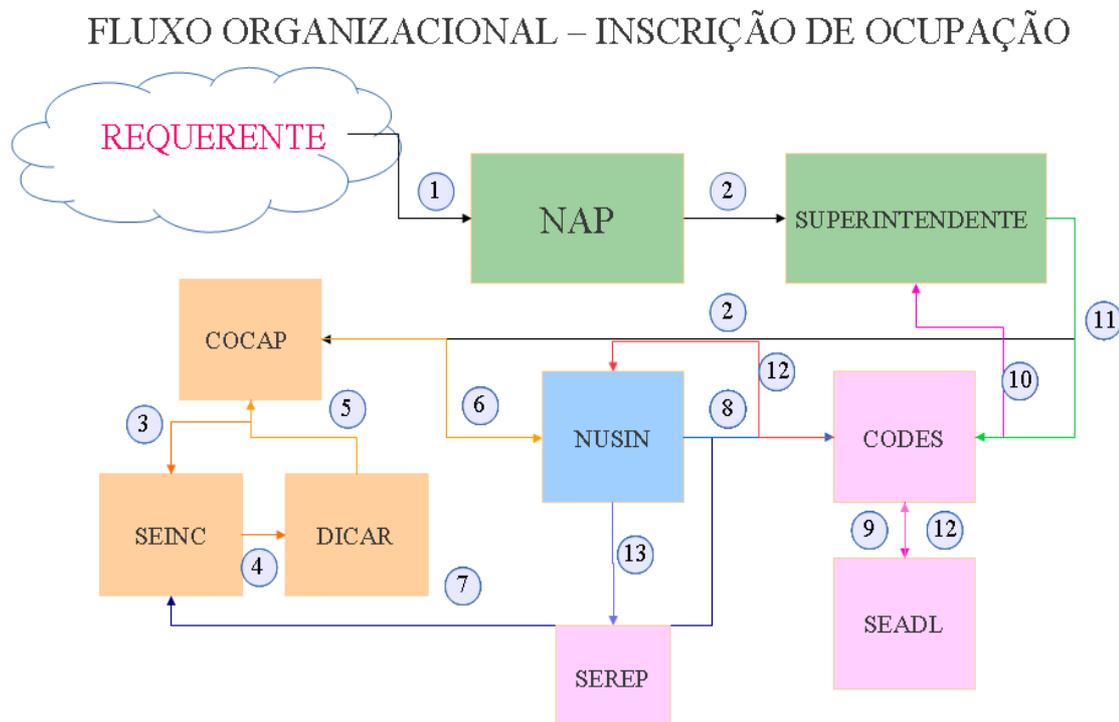


Figura 03 – Fluxo geral para análise dos pedidos de inscrição de ocupação, praticado em 2015

FLUXO ORGANIZACIONAL – INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO

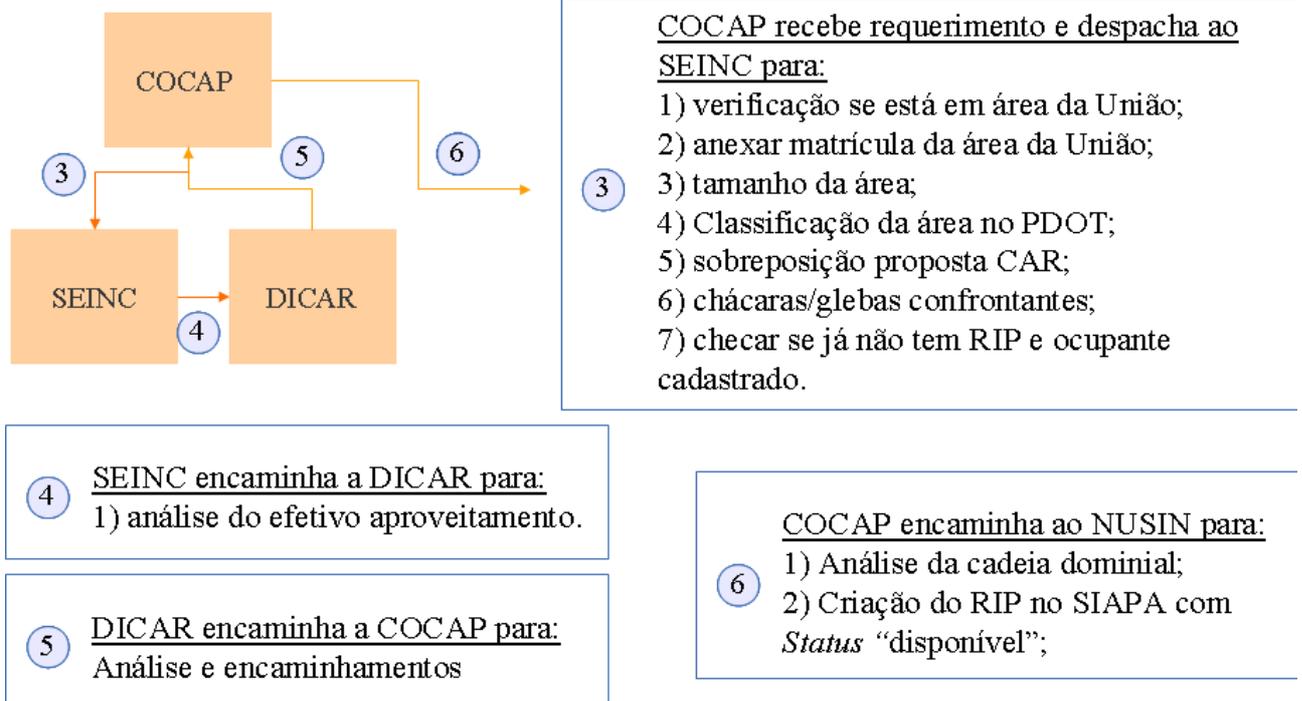


Figura 04 – Fluxo para análise dos pedidos de inscrição de ocupação, praticado em 2015 na COCAP

FLUXO ORGANIZACIONAL – TRANSFERENCIA

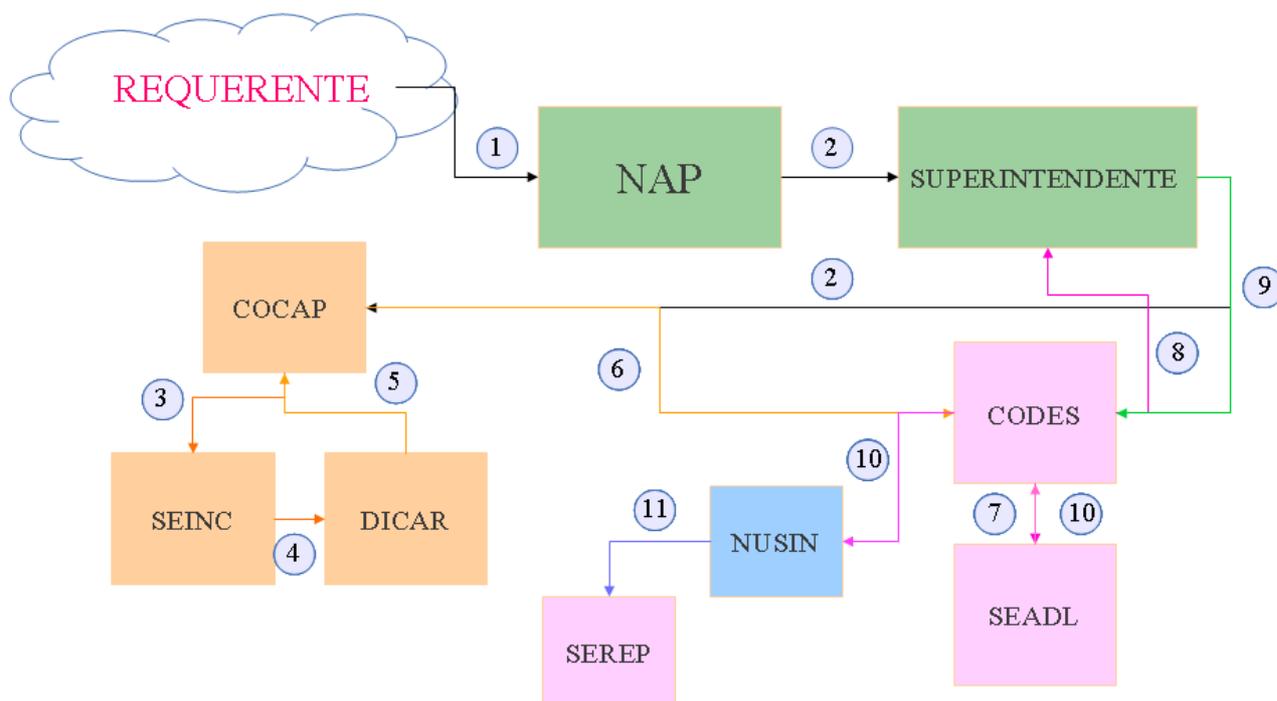


Figura 05 – Fluxo geral para análise dos pedidos de transferência de ocupação, praticado em 2015

FLUXO ORGANIZACIONAL – TRANSFERENCIA

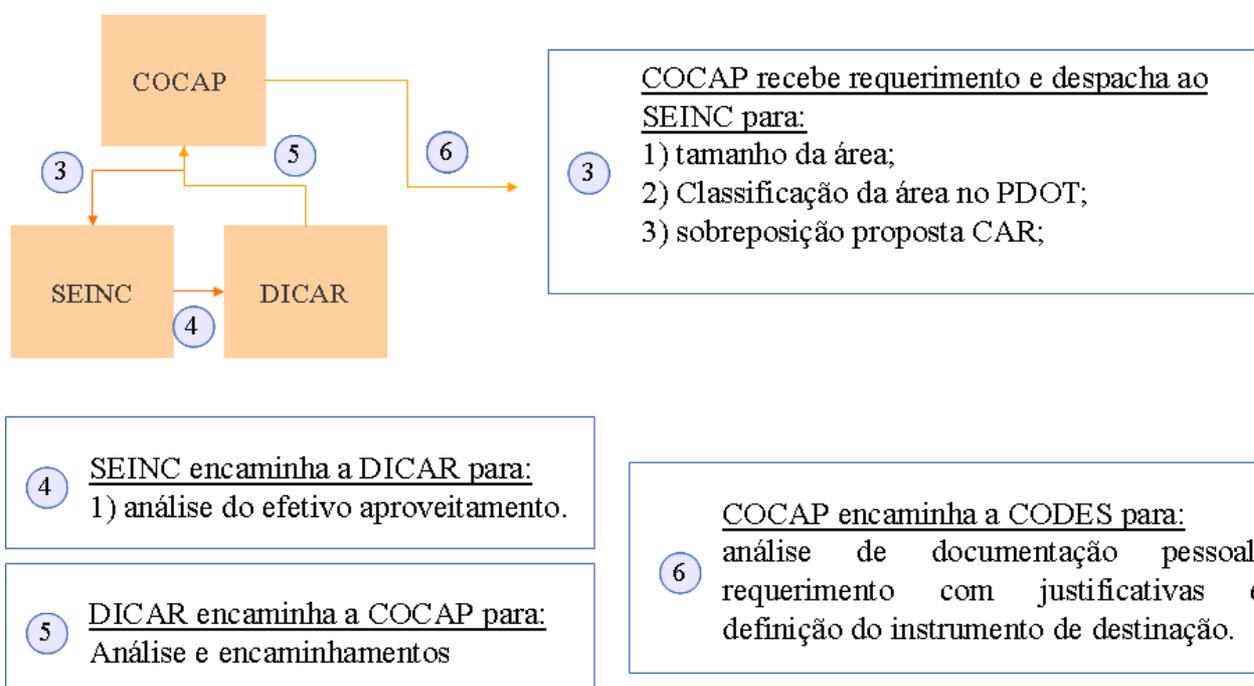


Figura 06 – Fluxo para análise dos pedidos de transferência de ocupação, praticado em 2015 na COCAP

É importante destacar que estivemos impossibilitados de realizar novas inscrições de ocupação desde a data de 06/06/2014, quando a Secretaria de Patrimônio da União – Órgão Central determinou, por meio da Portaria nº 163, de 6 de junho de 2014, a paralisação do trabalho, tendo em vista que o Grupo de Trabalho interno foi criado para analisar e propor alterações nos procedimentos de inscrição de ocupação previstos no Decreto-Lei nº 9760/46, Decreto-Lei nº 2398/87 e Lei nº 11.481/2007. O prazo previsto de paralisação das inscrições de ocupação dado na Portaria nº 163/2014 foi prorrogado por meio das Portarias nº 206/2014 e nº 251/2014.

Sendo assim, ficaram retidos cerca de 200 processos de solicitação de inscrição de ocupação, principalmente de chácaras localizadas na Gleba 01 da Fazenda Palma e Rodeador – Núcleo Rural Lago Oeste. Os requerentes foram oficiados em janeiro e fevereiro/2015 para a apresentação de documentação complementar, conforme novo normativo.

Diante da ausência dos requerentes na apresentação de documentos, a SPU-DF os notificou novamente para apresentação da documentação até 20 de outubro de 2015. Com isso, foram assinados 91 termos de outorga de inscrição de ocupação, 83 processos foram indeferidos e 10 processos se referiram às áreas acima de 5 hectares, o que mudaria para outro instrumento. Dos 83 processos indeferidos, 59 apresentaram recursos que se encontram em análise.

Diante da Lei 13.139/2015 e 13.240/2015, o SIAPA encontra-se sendo modificado em sua estrutura, o que impossibilitou o lançamento no sistema dos 91 termos de inscrição de ocupação formalizados.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional

METAS GIAPU 2015 – SPU/DF

SPU/DF											
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
62	30	47	37	60	40	60	60	60	60	40	20
1	1	0	0	1	1	45	5	3	3	2	2
1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1	1	2	2	2	2	3	3	3	2	1	2
882.764,62	871.389,81	772.216,08	593.733,20	670.101,64	1.239.779,12	987.909,70	760.658,09	826.477,23	1.024.779,67	842.002,91	746.015,05
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

PTA (Plano Tático de Ação) da SPU/DF

Nº	Atividade/Projeto	Resultado	Prazo	Responsável	Parceiros Externos a SPU ou MPOG (se for o caso)	Breves comentários
1	Entrega da área definida como Reserva Biológica na Fazenda Contagem de São João (DF)	Entrega da área de 1860 hectares ao MMA, para administração do ICMBio, conforme limites determinados no Decreto de Dez/2002	08 de Janeiro de 2015	Thais Brito de Oliveira (COCAP/SPU-DF) / Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)	ICMBio	Concluído na data
2	Estudo para a atualização dos valores dos imóveis funcionais	Atualização da taxa de ocupação de imóveis funcionais	16 de Janeiro de 2015	Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)	Secretaria de Fazenda/GDF	Podem ensejar notícias nos jornais locais e questionamento de ocupantes
3	Transferência de domínio de área ao Incra para fins de reforma agrária	Transferência de 352,30 hectares (gleba 81 da Faz. Sálvia) ao Incra para o assentamento de 52 famílias	22 de Janeiro de 2015	Thais Brito de Oliveira (COCAP/SPU-DF) / Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)	Incra e Seagri/GDF	
4	Doação de área para o Instituto Federal de Brasília - IFB	7,52 hectares na Região Adm. do Gama para a construção de um Campus IFB	30 de Janeiro de 2015	Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)		
5	Entrega de próprio nacional ao MEC	01 galpão no setor de indústrias e abastecimento para depósito de bens materiais e patrimoniais do Ministério	03 de Fevereiro de 2015	Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)		
6	Atualização de PGV	Conclusão de estudos para atualização das Plantas Genéricas de Valores dos Imóveis dominiais no DF	13 de Fevereiro de 2015	Thais Brito de Oliveira (COCAP/SPU-DF)	Incra, Receita Federal, Embrapa e Secretaria de Fazenda/GDF	Essa atividade geralmente enseja notícias nos jornais locais, reclamações e algumas ações judiciais.
7	Entrega de área para a Polícia Rodoviária Federal	8 hectares na BR-020 – Sobradinho para a construção de posto avançado da Polícia Rodoviária Federal	13 de Fevereiro de 2015	Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)		
8	Incorporação de área doada pela Terracap	6,5 hectares localizados na altura da QI 24 do Lago Sul para futuras instalações do Museu afrodescendentes	10 de Março de 2015	Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)	Terracap	
9	Incorporação da Fazenda Santa Bárbara ao Patrimônio da União	Conclusão da Demarcação da Fazenda Santa Bárbara (600 hectares)	16 de Março de 2015	Thais Brito de Oliveira (COCAP/SPU-DF)	Extinto	
10	Cessão de uso gratuito ao GDF para regularização fundiária de comunidades Tradicionais	Cessão de 02 glebas da Fazenda Sálvia ao GDF (6 hectares no total) para o assentamento de 02 comunidades ciganas	27 de Março de 2015	Thais Brito de Oliveira (COCAP/SPU-DF) / Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)	SEPPR - PR	Atendimento a recomendação do Ministério Público Federal para atendimento as comunidades.
11	Estudos e Propostas dos limites de "Parcelamentos Urbanos Isolados - PIU" previstos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do GDF	Proposta para encaminhamento ao GDF de definição dos limites de 02 PIUs da Fazenda Sálvia (Sobradinho/Planaltina), conforme exigência do PDOT, com vistas a doação ao Governo local para Regularização fundiária de Habitação de Interesse Social.	30 de Março de 2015	Thais Brito de Oliveira (COCAP/SPU-DF)		Atualmente a CGU aponta para busca de soluções de áreas com parcelamentos irregulares, como é o caso das regiões a serem estudadas. Os dois PIUs foram previstos no PDOT, ficando a cargo da União e do GDF a definição dos seus limites físicos para a busca de soluções.
12	Entrega ao MMA de área definida como Parque Nacional de Brasília	7.500 hectares ao MMA, para administração do ICMBio, conforme limites determinados em Lei.	15 de Abril de 2015	Thais Brito de Oliveira (COCAP/SPU-DF) / Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)	ICMBio	
13	Cessão de Direito Real de Uso (CDRU) o parte do programa Minha Casa Minha Vida	Assinatura de 40 CDRUs para beneficiários do Programa no Riacho Fundo II - IV etapa, integrantes da AMMVS	17 de Abril de 2015	Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)	Secretaria de Habitação/GDF, Associação Pró-Moradia do Movimento Vida de Sambaíba (AMMVS) e Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab)	Este projeto abrange 4889 unidades habitacionais.
14	Entrega ao Ministério da Cultura de área para a instalação do Museu Afrodescendente	6,5 hectares localizados na altura da QI 24 do Lago Sul ao Ministério da Cultura/Fundação Palmares	24 de Abril de 2015	Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)		
15	Cessão de área para regularização de unidade da Embrapa	1.700 hectares localizados na Fazenda Sucupira para centro de pesquisa - Recursos Genéticos e Biotecnologia	30 de Abril de 2015	Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)		
16	Fiscalizações de imóveis dominiais no DF	Previsão de 200 fiscalizações com atuação em cerca de 40 mil hectares de terras rurais da União Localizadas no DF. Fazendas: Sálvia, Contagem de São João, Palma e Rodeador, Sucupira, Papuda, Granja Modelo II - Ipe e Gleba do Brejo ou Torto (Vicente Pires).	30 de Abril de 2015	Thais Brito de Oliveira (COCAP/SPU-DF)	Nos casos de detecção de uso irregular das áreas da União solicitamos o apoio da Polícia Federal, Ministério Público Federal, SOPS, Agefis, IBRAM, DEMAP, Polícia Civil do GDF.	Atividade desenvolvida durante todo o ano, perspectiva para o período de jan - abril. Ações preventivas de controle e identificação do uso do solo da União. As fiscalizações podem repercutir na mídia local, ações judiciais e questionamento de ocupantes.
17	Fiscalizações de imóveis funcionais e próprios nacionais	Previsão de 90 fiscalizações com atuação em 544 imóveis funcionais e 193 próprios nacionais localizados no DF	30 de Abril de 2015	Thais Brito de Oliveira (COCAP/SPU-DF)		Atividade desenvolvida durante todo o ano, perspectiva para o período de jan - abril.
18	Estudo preliminar sobre as áreas disponíveis para o "Projeto Esplanada" - construção de prédios voltados para o atendimento da Adm. Públ. Federal	Levantamento de áreas disponíveis para construção de prédios a serem utilizados pela Adm. Pública Federal, valores estimados dos terrenos, verificação da demanda (aluguéis e demanda crescente), estimativa de potencial construtivo.	30 de Abril de 2015	Thais Brito de Oliveira (COCAP/SPU-DF) / Valéria Veloso Caetano Soares (CODES/SPU-DF)		Este estudo poderá embasar proposta de parceria com o setor privado para a construção dos imóveis e atendimento da demanda atual e futura. Atualmente, no Brasil, a Adm. Pública Federal gasta 1 bilhão de Reais em aluguéis.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Esta Superintendência esclarece que os principais objetivos traçados para o exercício de 2015 foram estabelecidos de acordo com as metas da GIAPU, que competiam ao DF, bem como por meio de planejamento realizado junto à Unidade Central.

No que tange às metas estabelecidas nos indicadores da GIAPU, informamos que esta SPU-DF, em alguns casos, superou a expectativa, porém executando e cumprindo aquilo que foi planejado, o que pode ser observado no quadro a seguir:

Indicadores	Metas previstas	Metas alcançadas
Fiscalização	576	611
Destinação Patrimonial	70	71
Portaria de Declaração de Interesse Público-PDISP	2	4
Novos registros SPIUnet	23	26,5
Arrecadação Patrimonial	R\$ 10.217.827,12	R\$ 10.937.318,66

Por outro lado, quanto ao planejamento entabulado junto à UC, mencionamos que esta SPU-DF não cumpriu na totalidade o resultado esperado, tendo em vista que algumas atividades/projetos não dependiam única e exclusivamente desta Unidade.

2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Importante destacar que todos os planos desta unidade foram realizados conjuntamente com o órgão central, levando-se em consideração as principais competências da SPU, caracterizando, incorporando, destinando e gerindo as receitas relacionadas aos imóveis de propriedade da União que se encontram inseridos nos limites do Distrito Federal.

2.1.3 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Ressalta-se que esta SPU/DF realizou o monitoramento da execução e dos resultados planejados por intermédio da Divisão de Gestão Estratégica.

Ainda, mencionamos que foram realizadas reuniões periódicas e elaboração de planilhas para acompanhamento das ações planejadas e executadas.

2.2 Desempenho Orçamentário

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: A execução do orçamento é centralizada na Unidade Central da SPU.

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: Somente a Unidade Central da SPU possui Ações consignadas na LOA.

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: A execução do orçamento é centralizada na Unidade Central da SPU.

2.2.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: A execução do orçamento é centralizada na Unidade Central da SPU.

2.2.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: A execução do orçamento é centralizada na Unidade Central da SPU.

2.2.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: A execução do orçamento é centralizada na Unidade Central da SPU.

2.2.6 Informações sobre a execução das despesas

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: A execução do orçamento é centralizada na Unidade Central da SPU.

2.2.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: A execução do orçamento é centralizada na Unidade Central da SPU.

2.3 Desempenho operacional

A Superintendência utiliza o Plano Tático de Ação - PTA para o planejamento, controle e avaliação de suas atividades, por ser um instrumento de relacionamento entre a UC e a SPU-DF, e de planejamento interno das ações, conforme tabela constante do item 2.1.

2.3.1 Informações sobre o Plano Nacional de Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União

Segue o detalhamento das demarcações de LPM nos estados, totalizando **1.922,05 km de trechos** demarcados em 2015:

- **SPU AL:** Foram demarcados **0,2 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de atender a demanda judicial e ampliar o cadastro de imóveis dominiais.
- **SPU AP:** Foram demarcados **684,07 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de atender a demandas de regularização fundiária no âmbito do Programa Terra Legal, bem como o atendimento ao Decreto nº 6291/2007 que transfere gratuitamente as áreas da União ao Governo do estado do Amapá.
- **SPU BA:** Foram demarcados **15 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de atender às demandas do INCRA/BA para delimitação de áreas de domínio da União inseridas em comunidade quilombola, bem como o atendimento à Ação Civil Pública nº 34841-30.2012.4.01.3300 MPF.

- **SPU CE:** Foram demarcados **18 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de atender às determinações judiciais e para ampliação do cadastro de imóveis dominiais.
- **SPU ES:** Foram demarcados **175 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de atender às determinações judiciais e à determinação do TCU Acórdão n.3947/2013 – 2ª Câmara.
- **SPU PA:** Foram demarcados **66,84 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de atender às demandas prioritárias do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, (infraestrutura portuária), bem como a finalidade de atender à demanda de reconhecimento de território de comunidades tradicionais.
- **SPU PB:** Foram demarcados **9 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de atender à determinação judicial e para ampliação do cadastro de imóveis dominiais.
- **SPU PE:** Foram demarcados **130 km** ao longo de trechos de LPM no litoral sul de Pernambuco com a finalidade de atender à determinação judicial.
- **SPU PI:** Foram identificados **132 km** ao longo de trechos de LPM que não haviam sido computados como concluídos no diagnóstico do PNC de 2013, correspondentes à demarcação de Parnaíba.
- **SPU PR:** Foram demarcados **87,78 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de identificar terrenos de marinha em áreas já pertencentes à União, conforme estratégia do Grupo V do PNC.
- **SPU RJ:** Foram demarcados **12 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de atender à determinação judicial e para ampliação do cadastro de imóveis dominiais.
- **SPU RN:** Foram demarcados **40 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de ampliar do cadastro de imóveis dominiais, incluído áreas de falésias, cuja geomorfologia define o limite das áreas da União.
- **SPU RS:** Foram demarcados **140 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de atender à determinação judicial para regularização do Parque Nacional Lagoa do Peixe.
- **SPU SC:** Foram demarcados **186 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de atender à determinação judicial, bem como o cumprimento da Emenda Constitucional 46, de 5 de maio de 2005.
- **SPU SE:** Foram demarcados **50 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de efetivar a regularização fundiária de comunidades quilombolas e tradicionais.
- **SPU SP:** Foram demarcados **243 km** ao longo de trechos de LPM com a finalidade de identificar terrenos de marinha em áreas já pertencentes à União, conforme estratégia do Grupo V do PNC.

Segue o detalhamento das demarcações de LMEO nos estados, totalizando **6.475,80 km** demarcados em 2015:

- **SPU AP:** Foram demarcados **1.447,00 km** ao longo de trechos de rios federais navegáveis com a finalidade de atender demandas de regularização fundiária no Âmbito do Programa Terra Legal, bem como o atendimento ao Decreto nº 6291/2007 que transfere gratuitamente as áreas da União ao Governo do estado do Amapá.
- **SPU AM:** Foram demarcados **2.083,70 km** ao longo de trechos de rios federais navegáveis com a finalidade de atender demandas de regularização fundiária no Âmbito do Programa Terra Legal e de criação de Unidades de Conservação.
- **SPU GO:** Foram demarcados **112,00 km** ao longo de trechos de rios federais navegáveis com a finalidade de identificar terrenos marginais em áreas já pertencentes à União, conforme estratégia do Grupo V do PNC.
- **SPU MG:** Foram demarcados **291,60 km** ao longo de trechos de rios federais navegáveis com a finalidade de identificar terrenos marginais: para ampliação do cadastro de bens dominiais nas sedes de municípios, para regularização de comunidades quilombolas e tradicionais, visando dirimir conflitos fundiários, e em áreas já pertencentes à União, conforme estratégia do Grupo V do PNC.
- **SPU MT:** Foram demarcados **1.391,50 km** ao longo de trechos de rios federais navegáveis com a finalidade de atender à demanda de regularização fundiária no Âmbito do Programa Terra Legal e em áreas já pertencentes à União, conforme estratégia do Grupo V do PNC.
- **SPU PA:** Foram identificados **920,00 km** ao longo de trechos do rio Xingu a montante da Usina Hidrelétrica Belo Monte, apenas em áreas inseridas em glebas públicas federais, de propriedade da União, conforme estratégia do Grupo V do Plano Nacional de Caracterização.
- **SPU RJ:** Foram demarcados **104 km** ao longo do Rio Paraíba do Sul, rio federal navegável, com a finalidade de atender à determinação judicial e para ampliação do cadastro de imóveis dominiais.
- **SPU TO:** Foram demarcados **396 km** ao longo de trechos de rios federais navegáveis com a finalidade de atender às demandas de regularização fundiária no Âmbito do Programa Terra Legal.

2.3.2 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Apuração GIAPU 2015 SPU - DF

Mês de Referência	A - Inconsistência Cadastral	B - Fiscalização	C - Destinação Patrimonial	D - Portaria DISP	E - Novo Registro SPIUNET	F - Arrecadação Patrimonial	G - Demarcação LPM/LMEO
Janeiro	-	54	0	1	0	R\$ 106.675,37	0
Fevereiro	-	29	1	0	0	R\$ 987.060,52	0
Março	-	46	2	0	0	R\$ 493.694,82	0
Abril	-	40	0	0	0,50	R\$ 997.444,74	0
Maiο	-	52	0	0	1,00	R\$ 326.401,69	0
Junho	-	72	3	0	1,50	R\$ 1.318.775,17	0
Julho	-	66	3	0	0	R\$ 1.124.528,14	0
Agosto	-	53	1	3	2,50	R\$ 865.676,22	0
Setembro	-	52	1	0	0	R\$ 1.380.193,12	0
Outubro	-	58	1	0	0,50	R\$ 1.203.258,79	0
Novembro	-	57	50	0	0,50	R\$ 1.109.187,59	0
Dezembro	-	32	8	0	20,00	R\$ 1.024.422,49	0
Total	-	611	70	4	26,50	R\$ 10.937.318,66	0

Fonte: <http://indicadores.spu.planejamento.gov.br>

B – Fiscalização na SPU-DF

Ver tabela em Anexos e Apêndices.

C – Destinação de Imóveis na SPU-DF

Ver tabela em Anexos e Apêndices.

D – Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público na SPU-DF

Ver tabela em Anexos e Apêndices.

E – Novo Registro SPIUnet na SPU-DF

Ver tabela em Anexos e Apêndices.

3 GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

No ano de 2015, a SPU-DF participou de várias videoconferências, em conjunto com as demais superintendências, organizadas pela Unidade Central.

A SPU-DF realizou reunião de colegiado semanalmente, com a presença de todos os cargos comissionados para acompanhar atividades, atualizar informações, trocar experiências, comunicar eventos e acontecimentos, dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos, mantendo assim a coesão da equipe, onde também o dirigente do órgão, seu Superintendente, informava sobre decisões tomadas, inclusive, na própria reunião.

A Superintendência utiliza o Plano Tático de Ação - PTA para o planejamento, controle e avaliação de suas atividades, por ser um instrumento de relacionamento entre a UC e a SPU-DF, e de planejamento interno das ações.

3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: Esta competência é exclusiva da Corregedoria do MPOG, conforme Decreto nº 8189, de 21/01/2014.

3.3 Gestão de riscos e controles internos

QUADRO – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA SPU-DF

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos			X		

seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
O referido questionário foi respondido de maneira conjunta. Houve uma comparação entre os questionários anteriormente apresentados, onde se verificaram as evoluções ou não no exercício em questão. Esta SPU/DF entende como sendo as ferramentas para acompanhamento das atividades realizadas.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Canais de Acesso ao Cidadão

A SPU trabalha com diversos canais de comunicação com a sociedade: grupos de trabalho com a participação da sociedade organizada para apoio a destinação de áreas para habitação de interesse social, audiências públicas normatizadas em processos de trabalho e para elaboração de normativos, oficinas do Projeto Orla, atendimento presencial ao cidadão, atendimento via telefone e canais virtuais de informação, comunicação e prestação de serviços.

Os principais canais de diálogo e participação da sociedade civil organizada nas decisões da SPU, com funcionamento regular ao longo dos anos, são o Grupo de Trabalho Nacional – GTN, instituído na SPU/UC e os Grupos de Trabalho Estaduais – GTEs, instituídos nas SPU/UF. Seu objetivo principal é o apoio à Secretaria na identificação da demanda da sociedade por Habitação de Interesse Social (HIS), bem como na identificação de imóveis da União com vocação para a habitação.

Canais Virtuais

Site do MP

www.planejamento.gov.br

Características:

- ✓ Criado e mantido pela ASCOM/MP, foi modernizado em 2013, dando novo conceito às informações.

Serviços:

- ✓ Possui link com todos os serviços que a SPU presta ao cidadão virtualmente e com o patrimoniodetodos

Fale Conosco

<http://www.planejamento.gov.br/faleconosco.asp?index=mp>

Características:

- ✓ Criado e mantido pela ASCOM/MP no site do MP. As demandas para SPU são filtradas pela ASCOM e acessadas pela Assessoria de Imprensa da SPU que encaminha por e-mail à área responsável pela resposta, diretamente ao cidadão.

Serviços:

- ✓ Pode ser acessado pelos sites do MP, pelo Balcão Virtual e pelo site patrimoniodetodos.
- ✓ Em 2014 foram feitos 2.918 da SPU atendimentos por este canal.

Site Patrimoniodetodos

www.patrimoniodetodos.gov.br

Características:

- ✓ Criado e mantido pela SPU/MP, para ser atualizado em rede supervisionada pela Assessoria de Comunicação da SPU
- ✓ Links com site MP, balcão virtual

Serviços:

- ✓ Informações sobre SPU nacional e estaduais
- ✓ Acessos aos serviços prestados pela SPU aos cidadãos

Balcão Virtual

<http://atendimentovirtual.spu.planejamento.gov.br>

Características:

- ✓ Criado e mantido pelo Serpro, depende desse contrato para fazer modificações e correções.

Serviços:

- ✓ Atualização de endereço
- ✓ Informações sobre Transferência de imóvel
- ✓ Emissão e validação da CAT
- ✓ Acesso a formulários para outras certidões
- ✓ Emissão de DARF
- ✓ Visualização dos Dados Cadastrais e situação financeira do Imóvel
- ✓ Cálculo de laudêmio
- ✓ Averbação de Transferência – lista de documentos e orientação.
- ✓ Em 2014 foram emitidos 580.527 e-DARF's por este canal.

Site Portal Colaborativo

<https://patrimoniode todos.planejamento.gov.br/colaborativo>

Características:

- ✓ Criado e mantido pela SPU/MP, para servir como Intranet da SPU enquanto as superintendências estavam fora da rede MP
- ✓ Permite a instalação de grupos de discussão e aprimoramento de temas

Serviços:

- ✓ Informações sobre questões internas da SPU
- ✓ Criação de salas de conversa
- ✓ Não permite o acesso direto do cidadão mas pode favorecer a padronização de procedimentos sobre este tema
- ✓ Por não ter área definida na SPU para seu monitoramento sistemático, cada Departamento fica responsável por suas informações e por sua manutenção.

Site do Sistema de Informação ao Cidadão - SIC

www.planejamento.gov.br (clique em Central de Conteúdos em seguida em Serviços – não tem um ícone na página principal que remeta ao e-sic)

Características:

- ✓ Criado e mantido pela ASCOM/MP
- ✓ Definido e padronizado pela Lei de Acesso a Informação e pela CGU
- ✓ Integrado como parte do atendimento ao cidadão

Serviços:

- ✓ Informações relacionadas com a Lei de Acesso a Informação

Atendimento Presencial

Em cada uma das Superintendências do Patrimônio da União nos estados funciona um núcleo de atendimento ao público (serviço ou setor), previsto regimentalmente, para atendimento presencial de demandas de informações e serviços da SPU.

No Distrito Federal a maior demanda de solicitação de informações e serviços da SPU referem-se aos imóveis sob jurisdição da SPU/DF onde é prestado este atendimento ao grande público.

Na SPU/UC o atendimento ao público tem características diferenciadas das SPU/UF, podendo ser classificado como atendimento de cunho estratégico, representado pelo atendimento de autoridades administrativas e políticas. Assim sendo, a estrutura de atendimento presencial não é física mas administrativa, pois o atendimento se dá sempre por agendamento e com a alta gerência da SPU.

Audiências Públicas

No processo de demarcação das LPM e LMEO, uma das etapas inclui audiências públicas para garantir a informação e o diálogo com a sociedade sobre o significado desses procedimentos. Esta diretriz foi definida pela SPU/UC e passou a ser parte integrante do processo formal, garantindo um momento de diálogo direto com as comunidades que vivem nas áreas demarcadas.

Com um formato mais semelhante a pequenos seminários, a SPU/UC tem convidado a sociedade organizada para contribuir na elaboração de normativos com alta sensibilidade, como a regulamentação do uso dos espaços aquáticos e outros.

Estes instrumentos são direcionados para o estabelecimento de parcerias com a sociedade na preservação dos espaços públicos e adequada utilização dos imóveis da União, na sua amplitude, aumentando a capacidade de gestão do estado.

Carta de Serviços ao Cidadão

Embora a Secretaria do Patrimônio da União – SPU ainda não tenha uma cartilha publicada com o rol dos serviços prestados, colocamos à disposição do cidadão todas as informações relacionadas aos serviços por ela prestados em página no sítio do MPOG (<http://www.planejamento.gov.br/servicos/servicos-do-mp/patrimonio-da-uniao>) e em sítio próprio (<http://patrimonioidetodos.gov.br/servicos>).

Tendo em vista a crescente demanda por informações úteis, resolutivas, atualizadas, confiáveis, de rápido e fácil acesso, o Governo Federal desenvolveu o Guia de Serviços, canal integrador que facilita o acesso de cidadãos e empresas aos serviços federais, onde o cidadão terá a sua disposição informações sobre o serviço desejado, onde e como obter o serviço, relação de documentos necessários, entre outros. O Guia pode ser acessado pelo endereço www.servicos.gov.br e nele já constam alguns serviços prestados pela SPU e serão introduzidos todos os demais serviços disponíveis ao cidadão.

A Unidade Central da SPU está trabalhando para transformar as informações do Guia e outras informações sobre nossos serviços em cartilha de informações.

4.2 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Acessibilidade Física

A Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal está fisicamente instalada no Setor de Autarquias Norte - SAN, Quadra 03, Lote A, Edifício Núcleo dos Transportes, Ala Sul, estando o DNIT /Ministério dos Transportes responsável pela gestão de acessibilidade das pessoas no prédio, conforme informado no Relatório de Gestão do exercício de 2014.

Acessibilidade Virtual

Portal do MP

- ✓ Foi desenvolvido de forma a oferecer o máximo de acessibilidade aos visitantes, seguindo as diretrizes e a metodologia do e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico e do e-PWG - Padrões Web em Governo Eletrônico.
- ✓ Essa acessibilidade traduz-se na facilidade de navegação com teclas de atalho. Para conhecer essas teclas o cidadão tem que acessar a aba Acessibilidade no alto da página principal do site do MP.
- ✓ Não localizamos recursos de aumento de letras ou outros recursos que facilitem o acesso às informações do site. Como se trata de um site ainda em construção, acreditamos que esses recursos serão implantados num futuro próximo.

Site Patrimoniode todos

- ✓ Usa o Open Source Content Management System Plone e foi projetado para ser completamente acessível e usável, estando em conformidade com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG v1.0).

Na opção **Superintendências Regionais**, ao escolher **SPU-DF**, surgirão os subitens:

- Quem é quem;
- Ações;
- Parceiros;
- Competências;
- Agendas; e
- Currículos.

Também são visualizadas as chamadas para **Serviços ao Cidadão**, onde se encontram informações gerais que tratam da ocupação de imóveis de propriedade da União:

Serviços ao Cidadão:

- emissão de DARF;
- emissão de certidões;
- validação de certidões;
- transferência;
- dados financeiros (informar RIP do imóvel);
- parcelamento;
- dados cadastrais; e

- modelos de requerimentos para atendimento presencial.

Os Serviços prestados no NAP/SEAPU são os seguintes:

- Informação sobre tramitação de processos;
- Orientação sobre assuntos da SPU;
- Orientação e recepção de documentos para Instrução processual para Aforamento, Isenção, Inscrição de ocupação, averbação de transferência, permissão de uso;
- Emissão e entrega de certidões, mesmo aquelas via internet;
- Alocação de créditos antigos;
- Análise de documentos que compõe os processos (para abertura, bem como substituição/atualização de documentos);
- Consulta sistemas/bancos de dados: **SIAPA, SARP, CPROD, SEI (*)**;
- Cálculo de Laudêmio;
- Emissão de DARF's;
- Vistas ou cópias de processos físicos;
- Orientação e recebimento de documentos para instrução processual para regularização fundiária.

Atendimentos realizados em 2015 pela Seção de Atendimento ao Público:

ASSUNTO/ MÊS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
Averbação de Transferência	4	2	5	1	1	3	2	1	1	0	2	1	23
Certidão de Dominialidade	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Certidões Diversas	15	102	62	31	10	5	3	3	0	0	0	0	231
Aforamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Isenção	0	2	3	1	0	0	1	0	0	0	0	0	7
Inscrição de Ocupação	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Tramitação de Processos	8	2	6	1	3	3	3	1	1	0	0	0	28
Emissão de DARF	22	17	91	16	28	32	17	4	3	3	0	4	237
Alocação de Créditos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Permissão de Uso	7	2	2	0	3	0	0	1	0	0	0	0	15
Regularização Fundiária	44	42	61	36	28	32	27	15	5	0	0	0	290
Imoveis Funcionais	15	18	15	25	26	32	20	9	5	0	0	0	165
SPIUNet	5	7	5	7	5	5	2	4	0	1	0	0	41
Destinação de Área	1	0	3	0	0	0	1	1	1	0	0	0	7
Cadastro de Áreas Rurais	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	4
Diversos	8	13	17	21	46	53	27	19	11	103	14	12	344
TOTAIS	132	209	270	140	150	167	104	59	27	107	16	17	1398

(*) SEI - Sistema Eletrônico de Informações - <https://seimp.planejamento.gov.br>

Implantado em 01 de março de 2015 – Portaria nº 396, de 12 de novembro de 2014.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁVEIS

5.1 Tratamento contábil de depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: Esta atividade é de responsabilidade exclusiva da Unidade Central da SPU, regulamentada pela Portaria Conjunta nº 703 SPU/STN.

5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: A SPU ainda não possui sistemática de Apuração de Custos.

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Conformidade Contábil

a) Processo de verificação da conformidade contábil:

1. Analisa as Demonstrações e Auditores Contábeis e transações utilizadas no SIAFI;
2. Identifica ocorrências e ressalvas;
3. Informa e orienta o gestor de possíveis pendências e auxilia nas providências.

b) As ocorrências na Conformidade Contábil, durante o exercício, foram as seguintes:

315 Falta/Restrição da Conformidade de Registro de Gestão, nas Unidades Gestoras:

170029	Superintendência do Patrimônio da União/ MA
170104	Superintendência do Patrimônio da União/ES
201039	Superintendência do Patrimônio da União/TO

c) Descrição da ocorrência não sanada até o final do exercício e justificativas da não regularização:

Código da ocorrência: 315 Falta/Registro da Conformidade de Registro de Gestão, no mês de dezembro nas UGE's 170029 – Superintendência do Patrimônio da União/MA, 170104 – Superintendência do Patrimônio da União/ES e 170104 – Superintendência do Patrimônio da União/TO. As unidades justificaram que a ausência de conformidade foi ocasionada por falhas operacionais e de comunicação entre os responsáveis pela conformidade de gestão

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.2 Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO – FORÇA DE TRABALHO DA SPU-DF

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		68		
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)		68		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		48	*03	**06
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		13	00	
1.2.5. Servidores para compor Força de Trabalho		07		**01
2. Servidores com Contratos Temporários		00		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		01		
4. Servidor Afastado		00		
5. Anistiados		02		
5. Total de Servidores (1+2+3+4=5)		71		

Fonte: COGEP-MPOG

INFORMAÇÕES PERTINENTES:

* Observa-se que na planilha entregue pela COGEP-MP **consta indevidamente** o nome do servidor *João Carlos Machado Ribeiro* como força de trabalho desta SPU-DF. O correto seria incluir o servidor *João Ferreira da Silva Neto*.

Informe-se, ainda, que **não houve afastamento** da servidora *Vicentina de Fátima Pedrosa* no exercício de 2015.

* Consta também no quantitativo total da força de trabalho, sendo que não foram computados como Ingressos em 2015 os servidores: *João Ferreira da Silva Neto*, *Marlene da Silva Gama* e *Rejane Ferreira da Silva*.

** Servidores Egressos na SPU-DF em 2015:

- Evando Gonçalves Formiga – Aposentadoria;
- Joaquim Lima Rodrigues – Aposentadoria;
- Luciana Proença Moreira de Assunção – Exoneração;
- Paulo Henrique Batista dos Santos – Nomeação em outro órgão;
- Sérgio Antônio Gonçalves – Nomeação em outro órgão;
- Sheila Matos Belém – Aposentadoria;
- José Emídio de Araújo Silva – Retorno ao órgão de origem.

QUADRO – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		68
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2.+1.1.3+1.1.4+1.1.5+1.1.6)		68
1.1.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		48
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		00
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório		00
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		13
1.1.5 Afastado *		00
1.1.6. Servidores para compor Força de Trabalho		07
2. Servidores com Contratos Temporários		00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		01
4. Anistiados		02
5. Total de Servidores (1+2+3=4)		71

Fonte: SIAPE/COGEP/MP

Conforme Portaria/MP nº 220, de 25/06/2014:

“Art. 49. Às Superintendências do Patrimônio da União compete:

I - programar e executar as ações de identificação, cadastramento, avaliação e fiscalização do patrimônio da União, com as diretrizes da Unidade Central”

De acordo com o artigo acima, informo que os servidores desta Superintendência atuam nas ações correspondentes à área-fim.

QUADRO – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SPU-DF - ATÉ 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		10		
1.1. Cargos Natureza Especial		00		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		10		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		06		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		00		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		01		01
1.2.4. Sem Vínculo		01		01
1.2.5. VAGOS		02		
2. Funções Gratificadas		10		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		05		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		00		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		05		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		20		

Fonte: SIAPE/COGEP/MP

**QUADRO – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
DA SPU-DF – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		06		
1.1. Cargos Natureza Especial		00		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		06		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		03		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		00		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		01		
1.2.4. Sem Vínculo		01		
1.2.5. VAGOS		01		
2. Funções Gratificadas		10		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		05		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		00		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		05		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		16		

Fonte: SIAPE/COGEP/MP

6.1.2 Demonstrativo de Despesas com Pessoal

QUADRO – CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
	2015									
Exercícios	2014									
	2013						176,66			176,66
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
	2015	1.752.200,69	101.915,68	2.045.046,56	101.316,22	288.788,63	89.575,03		5.428,80	4.384.271,61
Exercícios	2014	1.718.052,12	83.597,82	1.849.465,48	104.963,89	278.183,99	99.922,49	-530,57		4.133.655,22
	2013	1.566.068,41	94.566,56	1.555.606,39	83.528,60	265.537,03	95.525,12	2.642,44	2.697,47	3.660.887,14
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
	2015	55.905,42	11.264,14	413.783,04	18.536,40	5.449,57			405,00	505.343,57
Exercícios	2014	25.296,44	10.828,26	360.795,66	11.163,33	635,42	300,83		429,33	409.449,27
	2013	18.273,00	18.362,08	253.924,45	7.974,43	6.110,40	3.609,96			308.254,32
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
	2015	51.873,16	1.676,97	3.951,45	1.717,26	8.600,00	2.664,36			70.481,20
Exercícios	2014	59.747,16	199,80	4.978,93	1.659,64	9.997,00	2.442,33			79.024,86
	2013	93.197,59		6.160,98	5.610,72	9.751,01				114.720,30
Servidores cedidos com ônus										
	2015									
Exercícios	2014									
	2013									
Servidores com contrato temporário										

	2015									
Exercícios	2014	36.859,99		2.850,00	633,33	3.035,25				43.378,57
	2013	44.586,67		1.583,33	2.111,10	4.006,09				52.287,19

Fonte: SIAPE/COGEP/MP

6.1.3 Gestão riscos relacionados ao pessoal

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: A atividade de planejamento e acompanhamento da reposição da força de trabalho dos órgãos do Poder Executivo Federal é contínua, regulada pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, e faz parte das atribuições regimentais da Secretaria de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento.

6.2 Gestão do Patrimônio Mobiliário e Infraestrutura

6.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: Esta atividade é de responsabilidade da Diretoria de Administração, vinculada à Secretaria-Executiva do MPOG.

Frota SPU - Informações 2015

Item	Marca/Modelo	Placa	Ano	Combustível	Local	Data de devolução
1	NISSAN/FRONTIER SE 4X4 Dupla	JFP9466	2004	Diesel	SPU - Fiscalização	24.11.2014
2	NISSAN/FRONTIER XE 4X4 Dupla	JGH5851	2005	Diesel	SPU - Fiscalização	20.05.2015
3	NISSAN/FRONTIER XE 4X4 Dupla	JKH5681	2005	Diesel	SPU - Fiscalização	20.05.2015
4	NISSAN/FRONTIER XE 4X4 Dupla	JKH5801	2005	Diesel	SPU - Fiscalização	20.06.2014
6	F250 XLL	JWW2608	2000/00	Diesel	SPU - Fiscalização	18.07.2014
5	FIAT/ UNO MILLE	JMR9881	2007/08	Flex	SPU - Fiscalização	06.08.2015

6.2.2 Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: Esta atividade é de responsabilidade da Diretoria de Administração, vinculada à Secretaria-Executiva do MPOG.

6.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: As Superintendências não possuem imóveis sob sua gestão direta.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: As Superintendências não possuem imóveis sob sua gestão direta.

6.2.5 Demonstração da situação dos imóveis da União no Distrito Federal

SIAPA

UF	Ativo	Inativo	Total
DF	1228	252	1480

SIAPA – Registrados em Cartório

UF	COM	SEM	Total
DF	515	713	1228

SIAPA

UF	NAO INFORMADO	RURAL	URBANO	Total
DF		1207	21	1228

SIAPA

UF	Valor Imóvel
DF	R\$ 4.812.647.218,17

SIAPA

UF	TIPO	COM	SEM	Total
DF	GLEBA RURAL	460	124	584
	GLEBA URBANA	1	1	2
	GLEBA URBANIZ	5		5
	LOTE	3		3
	LOTE INDUSTRIAL	2		2
	NAO INFORMADO	623	9	632

6.2.6 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: Esta atividade não é de responsabilidade das Superintendências, que não possuem governabilidade sobre este item.

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1 Principais sistemas de informações

Sistema: SIAPA – Sistema Integrado de Administração Patrimonial

Objetivo: É o principal sistema da SPU, responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis dominiais da União (Terrenos de marinha, Acrescidos, Marginais de Rios, Nacionais Interiores, etc)

Principais funcionalidades: As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos bens, das destinações vinculadas a esses imóveis, dos responsáveis vinculados a essas destinações e das receitas patrimoniais devidas.

Responsável técnico: Marcelo Lima (CGTEC/SPU)

Responsável área de negócio: Washignton Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)

Criticidade para a unidade: O sistema administra atualmente mais de 90% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 590 mil imóveis e seus ocupantes. Também gerencia uma arrecadação da casa de 900 milhões (ref.: dez/2015) e disponibiliza serviços importantes aos cidadãos, com destaque para a emissão de certidão para as transferências, emissão de DARF para pagamento de taxas, atualização cadastral, entre outros. Representa o maior valor no âmbito do contrato SERPRO, com cerca de R\$ 4,6 milhões anuais para sua sustentação.

Sistema: SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Objetivo: Juntamente com o SIAPA este é um dos mais importantes sistemas da SPU, responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis de Uso Especial da União (Administração Pública Federal Direta e Indireta).

Principais funcionalidades: As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos bens, das destinações vinculadas a esses imóveis, das Unidades Gestoras vinculadas a essas destinações, e da contabilização patrimonial no SIAFI.

Responsável técnico: Marcelo Lima (CGTEC/SPU)

Responsável área de negócio: Washignton Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)

Criticidade para a unidade: O sistema administra atualmente 7% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 45 mil imóveis e suas Unidades Gestoras, permitindo o registro e atualização dos imóveis de uso especial da União que alimentam o BGU. No âmbito do contrato SERPRO, representa um investimento de R\$ 170 mil anuais para sua sustentação.

Sistema: CIF – Controle de Imóveis Funcionais

Objetivo: Responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis funcionais da União destinados à moradia de servidores públicos no Distrito Federal no Distrito Federal (Administração Pública Federal Direta)

Principais funcionalidades: As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos imóveis, dos ocupantes e das taxas de ocupação referentes a essas utilizações. Possui integração com o SIGEPE para fins de desconto dos valores em folha de pagamento.

Responsável técnico: Marcelo Lima (CGTEC/SPU)

Responsável área de negócio: Washington Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)

Criticidade para a unidade: O sistema administra apenas os imóveis funcionais em Brasília/DF o que corresponde a menos de 1% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 500 imóveis e seus ocupantes. No âmbito do contrato SERPRO, representa um investimento de R\$ 135 mil anuais para sua sustentação.

Sistema: SARP – Sistema de Administração de Receitas Patrimoniais

Objetivo: Responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis oriundos da extinta RFFSA. É responsável por fornecer funcionalidades para gestão financeira dos contratos alienação e permissão de uso (locação).

Principais funcionalidades: As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos imóveis, dos ocupantes, dos contratos de permissão de uso e de Alienação, e das receitas patrimoniais a estes relativas.

Responsável técnico: Marcelo Lima (CGTEC/SPU)

Responsável área de negócio: Washington Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)

Criticidade para a unidade: O sistema administra apenas os imóveis da ex-RFFSA com um total de imóveis corresponde a aproximadamente 2% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 15000 imóveis e seus ocupantes e sua carteira de financeira. Atualmente não possui contrato de sustentação sendo gerido por equipe transitória da Inventariança da RFFSA.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: Esta atividade é de responsabilidade da Diretoria de Administração, vinculada à Secretaria-Executiva do MPOG.

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: Esta atividade é de responsabilidade da Diretoria de Administração, vinculada à Secretaria-Executiva do MPOG.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Caracterização da recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 008.320/2014-4	Acórdão 170/2015 – TCU - Plenário	9.3.1	Ofício 0131/2015-TCU/SecexAdmin, de 25/2/2015	20/03/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
No prazo de 180 (cento e oitenta dias), com base no art. 43, inc. 1, da Lei 8.443/92, atualize as informações dos imóveis constantes do Anexo I, Parte C, realizando nova avaliação imobiliária de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 1, de 02/12/2014;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
De acordo com o entendimento desta SPU/DF, a referida recomendação foi atendida. As providências adotadas e documentos comprobatórios foram encaminhadas por meio do Ofício nº 1041/2015/DIGES/SPU/DF, de 01/07/2015 (Protocolo TCU 0 000531 188543).				

Caracterização da recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 008.320/2014-4	Acórdão 170/2015 – TCU - Plenário	9.3.2	Ofício 0131/2015-TCU/SecexAdmin, de 25/2/2015	20/03/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
No prazo de 90 (noventa dias), com base no art. 101 do Decreto -Lei 9760/46 proceda à reavaliação dos imóveis referente aos RIPS 9701010061500, 9701010088620, 9701010095677, 9701010113322 e 9701010116933, atentando para os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, para que reflitam valores adequados, apresentando memórias de cálculo e amostras de imóveis utilizados para elaboração do laudo de avaliação, bem como no prazo de 90 (noventa dias) promova o cancelamento dos RIP: 9701010106970, 9701010107004, 9701010105907, 9701010106032, 9701010106113, 9701010106202, 9701010072707, 9701010072979, 9701010073193 e 9701010073002, que são indevidos de acordo com informações prestadas pelo Ofício 658/2014/DILEG/SPU/DF;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
De acordo com o entendimento desta SPU/DF, a referida recomendação foi atendida. As providências adotadas e documentos comprobatórios foram encaminhadas por meio do Ofício nº 592/2015/DIGES/SPU/DF, de 28/04/2015 (Protocolo TCU 0 000526 844133).				

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadros - Recomendações do OCI que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
		33256		28/07/2011
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Que a SPU/DF implemente as medidas necessárias, em articulação com Órgão Central, para a realização do Levantamento Físico-Cadastral de Bens Imóveis sob a responsabilidade da Unidade. Promovendo-se em seguida a inserção dos dados no SPIUnet e/ou adotando-se as providências para a regularização dos imóveis, se for o caso.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Esclarecemos que até a presente data não houve resposta ao Memorando nº 351/2014/CODES/SPU/DF (Processo SEI nº 04991.002488/2014-59). Neste sentido, informamos que reiteramos o referido memorando por meio do Despacho s/n, cuja cópia segue anexa. Posição em 23/02/16 (prazo de resposta prorrogado para 60 dias, a pedido do gestor, a partir de 21/03/16). Data limite para resposta: 20/05/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
		59429		22/07/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos que a SPU/DF apresente plano, indicando insumos necessários, etapas, prazos e responsáveis, para a regularização dos imóveis de uso especial que hoje estão na UG da Superintendência mesmo após a conclusão do processo de transferência (cessão, arrendamento, entrega ou doação).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Informamos que as duas destinações realizadas no exercício de 2014 que estavam com pendência de transferência, foram devidamente sanadas, ou seja, transferidas. Por outro lado, esclarecemos que no exercício de 2015 foram realizadas 70 destinações por esta SPU/DF, constando cinco imóveis pendentes de transferência. Assim, solicitamos prazo de 30 dias para sanar os cinco pendências citadas, com a consequente transferência dos imóveis para as unidades gestoras responsáveis. Posição em 15/03/16 (prazo de resposta prorrogado para 30 dias, a pedido do gestor, a partir de 21/03/16). Data limite para resposta: 20/04/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
	201306454	59430		22/07/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos que a SPU/DF apresente plano, indicando insumos necessários, etapas, prazos e responsáveis, para a regularização dos imóveis funcionais que hoje estão na UG da Superintendência mesmo sendo administrados por outros órgãos ou entidades, conforme providências já sinalizadas pelos gestores.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Esclarecemos que esta Superintendência se encontra executando o item 3 do plano apresentado, ou seja, está compatibilizando as informações do Cadastro de Imóveis Funcionais-CIF das unidades que são administradas pela SPU/DF e atualizando o SPIUnet com os mesmos dados, priorizando os imóveis vagos para uso e depois os efetivamente ocupados. Assim, solicitamos prazo até o fim do presente exercício para conclusão dos demais itens apontados no planejamento considerando a grande quantidade dos imóveis funcionais. Posição em 15/03/2016.</p> <p>A CGU respondeu:</p> <p>A SPU/DF informa que está executando o item 3 do plano. Entretanto, o referido plano não foi anexado à resposta. Por tal razão, reiteramos a solicitação de encaminhamento do plano, para que assim possamos prorrogar a recomendação conforme solicitado pelo gestor. Posição em 21/03/16 (dando 10 dias para resposta, a partir de 21/03/16). Data limite para resposta: 31/03/16.</p>				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
04991.001003/2013-29	201306454	84446	Ofício 21663/2013	22/07/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendamos que a SPU/DF regularize os imóveis na situação de “em regularização” e “irregular”, conforme providências já sinalizadas pelos gestores.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em primeiro lugar, cumpre-nos informar que atualmente não consta no sistema SPIUnet na unidade gestora da SPU/DF qualquer imóvel na situação "irregular". Contudo, já no tocante ao imóveis na situação "em regularização", constam 35. Esclarecemos que a relação dos citados imóveis já foi extraída pela Divisão de Destinação, e que esta SPU/DF necessita de um prazo de 120 dias para analisar os processos e identificar quais os encaminhamentos adequados para cada um, inclusive conclusão de eventuais destinações. Posição em 15/03/16 (prazo de resposta prorrogado para 120 dias, a pedido do gestor, a partir de 21/03/16). Data limite para resposta: 19/07/16.</p>				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência

	201503410	144196	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendamos à SPU/DF que adote as providências necessárias para a definitiva regularização e/ou aplicação de sanções para as situações identificadas nos processos nº 14196.000559/98-36 e nº 14196.000446/98-40.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informamos que as providências tomadas por esta Superintendência foram encaminhadas à CGU em 28/07/2015 por meio do Ofício nº 1199/2015, em anexo.</p> <p>A CGU respondeu que:</p> <p>Referente ao RIP 97010100071-31 (proc. nº. 14196.000446/98-40), solicitamos à Unidade que informe se houve a desocupação voluntária ou se a documentação foi encaminhada à Procuradoria Regional com vistas a instauração de ação possessória. Com relação ao RIP 97010100186-80 (proc. nº. 14196.000559/98-36), solicitamos que informe a situação atual do imóvel, considerando que a ação de reintegração de posse foi instaurada em 2008; bem como as medidas adotadas em relação à cobrança de multa indenizatória referente ao art. 10 da Lei nº 9.636/98. Posição em 21/03/16 (prazo prorrogado para 30 dias, para atendimento parcial, a partir de 21/03/16). Data limite para resposta: 20/04/16.</p>				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
	201503410	144197	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF a elaboração de plano de ação anual de fiscalização, contendo a definição dos territórios prioritários, cronograma e recursos logísticos para a execução das ações de fiscalizações, descritos detalhadamente os respectivos locais e datas previstas, e motivos que geraram a realização da operação, ou seja, tipo de demanda, conforme Manual de Fiscalização aprovado pela Portaria nº 320/2014. O plano deve ser produto de um planejamento cujo objetivo é definir uma agenda das operações de fiscalização de forma a priorizar o atendimento, segundo critérios de prevenção e controle dos danos patrimoniais, preservação do patrimônio público da União e o bem-estar da coletividade.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Plano Anual de Fiscalização exercício de 2015 elaborado conforme Manual de Fiscalização. Processo SEI nº 04991.200831/2015-18. Segue, ainda, Plano Anual de Fiscalização elaborado para o exercício de 2016. Posição em 29/03/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência

	201503410	144198	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF que institua mecanismos e procedimentos que garantam o cumprimento do disposto no Manual de Fiscalização quanto à elaboração e emissão de relatórios de fiscalização para cada ação de fiscalização/vistoria, como por exemplo uma etapa de homologação por uma instância superior dentro da Unidade.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Esclarecemos que está sendo utilizado pela equipe de fiscalização desta SPU/DF o modelo de relatório, conforme o manual de fiscalização dispõe. Neste modelo, o chefe da área deve assinar homologando o documento. Posição em 29/03/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
	201503410	144199	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF que apresente estudo, indicando levantamento dos recursos (humanos e logísticos) necessários à realização das ações de fiscalização, indicando universo dos imóveis, prazos mínimos de vistorias, treinamento e capacitação de servidores/colaboradores, possibilidades de parcerias e contratos, de forma a demandar do Órgão Central os recursos levantados e subsidiá-lo na elaboração de planos estratégicos da gestão de pessoas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Data limite para resposta: 20/10/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
	201503410	144200	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF elaboração de instrumento gerencial de consolidação dos resultados das fiscalizações que aborde desde o planejamento até a implementação dos resultados das ações de fiscalizações, bem como rotina de lançamento, acompanhamento e gestão desse instrumento, no intuito de aperfeiçoar os resultados obtidos por meio do uso da planilha de acompanhamento de fiscalização já implementada.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Mencionamos que foi instalado o programa QLIK VIEW, ainda na sua versão gratuita, para testes e criação de painéis interativos, que propiciará a extração de relatórios gerenciais com base na planilha de fiscalização. O próximo passo será a interação com painéis que façam um link com o planejamento atual e dados dos exercícios anteriores. Posição em 29/03/16

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
	201503410	144201	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF que avalie e insira os valores dos imóveis sob sua competência que se encontram com valores zerados no SIAPA.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Informamos que no sentido de sanar a questão foi enviado à CGTEC/UC, para análise e providências, o Memorando nº 71, de 05/06/2015 explicando que todos os imóveis com valores zerados estão disponíveis e com valores de PGV agregados. Ressalte-se, todavia, que ainda não obtivemos resposta e o mesmo foi reiterado no dia 12 do corrente mês, Memorando nº 1659/2016-MP, cópia anexa. Posição em 23/02/16 (prazo prorrogado para 60 dias, para atendimento parcial a partir de 21/03/16). Data limite para resposta: 20/05/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
	201503410	144202	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF que elabore um estudo, com metas, prazos, responsáveis e indicadores, para avaliação de todos os imóveis da União, localizados no DF, a valores de mercado, estabelecendo prioridades conforme aspectos de materialidade, criticidade e relevância dos imóveis.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em 2015, esta SPU/DF adequou todos os valores dos imóveis da União no DF, conforme determinado na Instrução Normativa nº 001/2014 (INCRA para imóveis rurais e IPTU para urbanos). Processo SEI nº 04991.002385/2014-99. Tais procedimentos se encontram em vigor por meio da Lei 13.139/2015. Posição em 29/03/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência

	201503410	144203	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF a elaboração de plano de informação, conscientização e diálogo com os ocupantes sobre o processo de avaliação dos imóveis da União, no intuito de mitigar futuras ações contestatórias em virtude da atualização dos valores dos imóveis e consequentemente da taxa de ocupação e laudêmos.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
1) Conforme orientação contida na IN 001/2014, mencionamos que os valores da PGV/2015 foram publicados no Correio Brasiliense na data de 15/03/2015. 2) Foi elaborado informativo sobre o cálculo da PGV 2015 e disponibilizado no SEAPU - Seção de Atendimento ao Público desta Superintendência. 3) Ademais, foram enviados ofícios a todas as associações que representam ocupantes de áreas da União no DF, contendo explicação sobre os cálculos realizados para a PGV 2015. Processo SEI n. 04991.002385/2014-99 (Processo encaminhado a essa CGU em 2015, por meio do Ofício nº 1199/2015/SPU-DF). Posição em 29/03/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
	201503410	144204	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF que instrumentalize a Advocacia-Geral da União com dados dos atos praticados para atualização de valores dos imóveis da União no DF, visando preparar aquele órgão sobre a possibilidade de novas ações judiciais decorrentes do aumento das taxas, foros e laudêmos.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foram realizadas reuniões com Procuradoria Regional da União da 1ª Região para explicar o processo da PGV 2015. Neste sentido, esclarecemos que o processo digital referente ao tema foi disponibilizado aos Advogados da União. A PRUIR criou um grupo dos advogados para troca de informações específicas sobre o assunto (documentos anexos). Posição em 29/03/16. Data limite para resposta: 20/10/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
	201503410	144205	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF a instituição de um estudo de capacitação de seu corpo técnico responsável pela avaliação dos imóveis da União, bem como de estudo de carência de pessoal, a serem requisitados ao Órgão Central.				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Data limite para resposta: 20/10/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
	201503410	144206	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF a instituição de procedimentos que visem manter atualizados os dados de seus sistemas relativos ao Custo Unitário Básico - CUB e outros índices que venham a ser utilizados em suas operações.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Esta SPU/DF criou procedimento para manter os dados relacionados ao CUB atualizados. Neste sentido, informamos que os valores de 2015 foram devidamente atualizados, conforme nota técnica disponível no Processo SEI nº 04991.201187/2015-97. Posição em 29/03/16. Data limite para resposta: 20/10/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência
	201503410	144207	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF que institua procedimentos de controle e acompanhamento dos processos de ocupação de imóveis dominiais, de forma a mitigar problemas de instrução e de lentidão processual.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Importante mencionar que a SPU/DF implementou novas rotinas, planos e procedimentos para controlar e acompanhar os processos referentes às ocupações dos imóveis dominiais de propriedade da União (documentos anexos – fluxos/estudos). Entendemos, portanto, que os problemas relacionados à instrução e de lentidão processual estão sendo sanados. Ademais, com a implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI nesta Superintendência, que se deu em 02/03/2015, esclarecemos que os processos relacionados aos imóveis dominiais estão sendo digitalizados e os novos já ingressam nesta Superintendência de forma digital, o que permitirá um acompanhamento detalhado, por meio da extração de relatórios. Posição em 29/03/16. Data limite para resposta: 20/10/16.				

Caracterização da recomendação do OCI				
Processo	OS	Recom.	Comunicação expedida	Data da ciência

	201503410	144208	Ofício 21742/2015	16/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação				
SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL				
Descrição da recomendação				
Recomendamos à SPU/DF que elabore estudo para a regularização das ocupações dos imóveis dominiais da União, localizados no DF, estabelecendo prazos, responsáveis e metas, bem como o acompanhamento de sua execução, para que sejam outorgados instrumentos formais de destinação dos referidos imóveis com procedimentos padronizados, substituindo gradativamente as inscrições de ocupação, de caráter transitório, residual e secundário, por um novo instrumento de destinação, inclusive com a consequente atualização dos dados no sistema.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Informamos que esta SPU/DF elaborou um estudo acerca do tema, que culminou em proposta encaminhada a SPU-UC para manifestação e posicionamento. Processo SEI nº 04991.201196/2015-88. Posição em 29/03/16. Data limite para resposta: 20/10/16.				

7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não se aplica às Superintendências. Justificativa: Esta competência é exclusiva da Corregedoria do MPOG, conforme Decreto nº 8189, de 21/01/2014.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos e obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Não se aplica às Superintendências. Justificativa Esta atividade é de responsabilidade da Diretoria de Administração, vinculada à Secretaria-Executiva do MPOG.

DESTINAÇÃO 2015

QT	Órgão, entidade, beneficiário ou ocupante	Nº Processo	RIP (se couber)	Região, Setor, Fazenda	Endereço do imóvel	Descrição da Ação	Instrumento	Meta
1	Ministério do Meio Ambiente/ICMBio	04991.002556/2008-31	9701 28030.500-3	Contagem São João	Reserva Biológica da Contagem	Destinação das áreas da União inseridas na REBIO	Entrega	1
2	Superintendência Estadual do INCRA	04991.002305/2014-03	9701 33056.500-3	Fazenda Sálvia	Rodovia DF-330 Gleba 81	Para reforma Agraria	Transferência de Domínio	1
3	Ministério da Educação	04991.001077/2004-74	970105565.500-0	SIA	SIA Trecho 3, Quadra 02, lote 1.240	Depósito do MEC	Entrega	1
4	DPRF	04991.002525/2013-48 04991.200639/2015-13	970133078.500-3	Fazenda Sálvia	BR 020	Para construção de delegacia regional na saída Norte de Brasília	Entrega	1
5	Ministério da Defesa	04991.001571/2014-19	9701 00576.500-7	Esplanada	Anexo do Bloco O	Acomodação de servidores	Entrega	1
6	Ministério da Fazenda	03100.000138/2015-63	9701 33116.500-9	Esplanada	Anexo do Bloco O	Acomodação de servidores	Entrega	1
7	Secretaria da Receita Federal	04991.001250/2013-25	9701 33145.500-7 9701 33147.500-8	Plano Piloto	SGON, Área Especial, Quadra 2,	Ampliar a estrutura das unidades da Receita Federal do Brasil	Entrega	1
8	Tribunal Regional do Trabalho – 10ª Região	04991.001112/2014-27	970133014.500-4	SOBRADINHO	Lote nº 10, Conjunto 4, Quadra AR 18- Expansão urbana do Setor Oeste	Construção de uma unidade do TRT 10 Região	Entrega	1
9	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB	04991.002259/2008-96	970131203.500-6	Gama	Lote 01, F 480 – Setor de Múltiplas Atividades	Construção do Campus IFB - Gama	Doação com Encargo	1
10	Secretaria de Estado de Governo	04991.002474/2014-35	970133113.500-2	SOBRADINHO	Núcleo Rural Córrego Arrozal Gleba 274 da Fazenda Sálvia	Ciganos Calon	Cessão Gratuita	1
11	Secretaria de Estado de Governo	04991.001186/2014-63	970132996.500-1	SOBRADINHO	Km 13, Vicinal 01, Gleba 184, Fazenda Sálvia	Ciganos Calon	Cessão Gratuita	1
12	Supremo Tribunal Federal	04905.004419/2013-21	9701 33057.500-9	Plano Piloto	Lote nº 2/16, Trecho 02, do Setor de Clubes Esportivos Sul	Para implantar um Centro de Capacitação, Treinamento, Cultura e Lazer aos servidores da Corte	Entrega	1
13	Ministério da Defesa	04991.001162/2013-23	9701 00490.500-0	Plano Piloto	SGAS QD 903 Lote 77	Escola Superior de Guerra	Entrega	1
14	Serviço de Limpeza Urbana – SLU	04991.000458/2015-99	9701 22462.500-6	Planaltina	Área de 10,9886 ha, próximo ao Condomínio Nova Petrópolis	Área de Transbordo e Triagem – ATT	Cessão Gratuita	1
15	Serviço de Limpeza Urbana – SLU	04991.200509/2015-81	9701 05556.500-1	Núcleo Bandeirante	Lote B, AE 8, Núcleo Bandeirantes - DF	Ponto de Entrega Voluntária – PEV	Cessão Gratuita	1
16	CRO - Conselho de Odontologia	04991.002391/2007-17	9701 27278.500-0 - 9701 33151.500-0 - 9701 33153.500-0 - 9701 33155.500-1	Plano Piloto	SGON Quadra 03 Lotes 120, 130, 140, 150	Construção de Sede do CRO	Cessão Gratuita	4
17	Comando da Aeronáutica	04991.000536/2013-93	-9701.32913.500-9 – 9701.32915.500-0 – 9701.32917.500-0	Guará	QI 6, Bloco E – Guará	Regularização da utilização de 45 unidades residenciais	Entrega	45
18	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do DF	04991.002579/2014-94	9701.33148.500-3	Riacho Fundo – DF	Área de 356.098,41m² na Fazenda Sucupira	Implantação do Centro Nacional de Cães de Detecção do MAPA	Entrega	1
19	Superintendência Estadual do INCRA	04991.002525/2012-67	9701.33163.500-5		Área de 277,4728 ha - Fazenda Rodeio	Destinado a realização de projeto de reforma agrária para assentamento de famílias integrantes de Movimentos sociais no DF	Transferência de Domínio	1
20	Superintendência Estadual do INCRA	04991.002517/2012-11	9701.33162.500-3		Área de 169,4167ha – Fazenda Lages	Destinado a realização de projeto de reforma agrária para assentamento de famílias integrantes de Movimentos sociais no DF	Transferência de Domínio	1
21	Superintendência Estadual do INCRA	04991.200718/2015-24	9701.33157.500-2	SOBRADINHO	Área de 29.783,58m², localizado no Chácara 323, Gleba 25 da Fazenda Sálvia	Destinado ao atendimento das demandas temporárias de Movimentos sociais.	Cessão Gratuita	1
22	Ministério do Planejamento-Orçamento e Gestão	04941201519/2015-29	9701.17404.500-1	Esplanada	17.315,28m, Bloco "O", localizado na Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF	Destinado à Diretoria de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – DIRAD-MP	Entrega	1
23	Presidência da República	04905.201454/2015-58	9701 18013.500-9	Asa Sul	SQS 302, Bloco E, Apts 102 e 302	Entrega de Imóveis funcionais	Entrega	2
24	CENTCOOPDF	04991.000597/2010-16	9701 0101	Pátio Ferroviário	Pátio Ferroviário(Epia, EPCL, EPAC, SAAN) Região Adm.	Usina	Concessão	1
25	CENTCOOPDF	04991.000596/2010-63	9701 0101357-25	Sálvia	40.130m² da Fazenda Sálvia – Sobradinho/DF	Usina	Concessão	1

Apuração das Metas de Demarcação LPM/LMEO dos Indicadores de Desempenho da GIAPU para o exercício de 2015

UF	LMEO (km)	LPM (km)	META TOTAL (km)	REALIZADO LMEO (km)	REALIZADO LPM (km)	Colunas1
AC	40,00		40,00	-		
AL	35,00	30,00	65,00	-	0,20	
AM	1.739,00		1.739,00	Erro:508		
AP	15,00	120,00	135,00	1.447,00	684,07	
BA	130,00	40,00	170,00	-	15,00	
CE		83,00	83,00		18,00	
ES	100,00	78,00	178,00	-	175,00	
GO	112,00		112,00	Erro:508		
MA	460,00	220,00	680,00	-	###	
MG	672,87		672,87	Erro:508		
MS	220,00		220,00	-		
MT	1.372,00		1.372,00	Erro:508		
PA	1.282,64	184,24	1.466,88	Erro:508	-	
PB		9,00	9,00		9,00	
PE	149,09	60,00	209,09	-	130,00	
PI	25,00	15,00	40,00	-	132,00	
PR	30,00	50,00	80,00	-	87,78	
RJ	116,00	165,00	281,00	104,00	12,00	
RN		40,00	40,00		40,00	
RO	80,00		80,00	-		
RR	60,00		60,00	-		
RS	50,00	140,00	190,00	-	140,00	
SC	20,00	32,76	52,76	-	186,00	
SE	50,00	22,00	72,00	-	50,00	
SP	140,00	80,00	220,00	-	243,00	
TO	320,00		320,00	Erro:508		
Total	7.218,60	1.369,00	8.587,60	6.745,80	1.922,05	
Plano Nacional de Caracterização - PNC				Apuração	8.667,85	

UF	MUNICÍPIOS	FINALIDADE
AL	Maceió	Definição das áreas da União e cadastros das ocupações
AM	Manaus, Rio Branco, Boca do Acre, Lábrea, Tefé, Juruá, Fonte Boa, Caruarí, Novo Airão e Barcelos	Regularização das Resex Arapixi, Médio Purus, Baixo Purus, Baixo Juruá, Ituxi, Auati-Paraná, Médio Juruá e Unini.
AP	Macapá, Ferreira Gomes e Porto Grande	Regularização fundiária da Gleba Rio Pedreira
	Itaubau	Regularização fundiária da Gleba Arrecadada Macacoaru
	Macapá	Regularização fundiária da Gleba Arrecadada Macacoaru
	Mazagão	Regularização fundiária da Gleba Arrecadada Mazagão
BA	São Francisco do Conde	Regularização fundiária da Comunidade Quilombola em Porto Dom João
CE	Aquiraz	Atendimento a determinação judicial na localidade Porto das Dunas onde se encontra o empreendimento Beach Park
	Bitupitá	Definição das áreas da União e cadastro das Ocupações.
ES	Linhares e São Mateus	Definição das áreas da União e cadastro das Ocupações, para atendimento a acordo TCU 3947/2013 – 2ª Câmara.
	Conceição da Barra	Definição das áreas da União e cadastro das Ocupações, para atendimento a acordo TCU 3947/2013 – 2ª Câmara.
GO	Aruanã	Identificação dos terrenos marginais ao longo do Rio Araguaia inseridos nas áreas da União Terra Indígena Karajá de Aruanã III e Resex Lago do Cedro.
	Minaçu e Colinas do Sul	Identificação dos terrenos marginais ao longo do Rio Tocantins inseridos na área da União Terra Indígena Avá Canoeiro.
MG	Matias Cardoso	Regularização do Parque Verde Grande
	Pedras Maria da Cruz	Regularização fundiária da comunidade Caraibas
	Pirapora	Definição das áreas da União e cadastro das Ocupações.
	Aimorés	Determinar os terrenos da União ao longo do Rio Doce afetados pela construção da Hidroelétrica de Aimorés e regularização fundiária em Aimorés.
	Buritizeiro	Definição das áreas da União e cadastro das Ocupações.
	Itacarambi	Identificação de área indubitavelmente da União na Ilha de Maria Preta.
	Januária	Identificação de área indubitavelmente da União na ilha de Sangradouro Grande.
	Matias Cardoso	Regularização do Quilombo da Lapinha.

UF	MUNICÍPIOS	FINALIDADE
MT	Apiacás, Apuí, Cotriguaçu, Maués e Nova Bandeirantes	Identificação dos terrenos marginais ao longo dos Rios Juruena e Teles Pires inseridos na área da União denominada Parque Nacional Juruena.
	Apiacás, Jacareacanga, Marcelândia, Peixoto de Azevedo, São José do Xingu e Matupá.	Identificação dos terrenos marginais ao longo dos Rios Teles Pires, Rio Xingu, Iriri Novo inseridos nas Terras Indígenas Caiabi, Capoto/Jarina e Menkaragnot.
PA	Altamira	Identificação dos terrenos marginais ao longo do Rio Xingu a montante da Usina Hidrelétrica Belo Monte, apenas em áreas inseridas em glebas públicas federais, de propriedade da União.
PB	Aritingui	Definição das áreas da União e cadastro das Ocupações.
PE	Cabo de São Agostinho	Conclusão de techos de demarcação não homologados.
	Jaboatão dos Guararapes	Conclusão de techos de demarcação não homologados.
	Ipojuca	Conclusão de techos de demarcação não homologados.
	Barra de Sirinhaem	Conclusão de techos de demarcação não homologados.
	Rio Formoso	Conclusão de techos de demarcação não homologados.
	Tamandaré	Conclusão de techos de demarcação não homologados.
	Barreiros	Conclusão de techos de demarcação não homologados.
	Petrolina	Conclusão de techos de demarcação não homologados.
São José da Coroa Grande	Conclusão de techos de demarcação não homologados.	
PI	Parnaíba	Identificação de trechos de demarcação finalizados e não computados no PNC.
PR	Paranaguá e outros.	Identificação das Ilhas da Cotinga, Rasa da Cotiga, do Mel, Pescaria, das Bananas, Guararema, do Pinheiro, dos Ratos, Martins, Lamin Grande, Lamin de Fora, Lamin de Dentro e Rio Perequê.

UF	MUNICÍPIOS	FINALIDADE
RJ	Sapucaia	Definição das áreas da União para cadastro das ocupações e atendimento à ICP.
	Pinheiral	Definição das áreas da União para cadastro das ocupações e atendimento à ICP.
	Rezende	Definição das áreas da União para cadastro das ocupações e atendimento à ICP.
	Itatiaia	Definição das áreas da União para cadastro das ocupações e atendimento à ICP.
	Rio de Janeiro	Definição das áreas da União para cadastro das ocupações.
RN	Maxaranguape	Definição das áreas da União e cadastros das ocupações. Incluindo áreas de falésias.
RS	Tavares, Mostarda e São José do Norte	Regularização do Parque Nacional Lagoa do Peixe para fins de desapropriação.
SC	Balneário Arroio Silva	Atendimento a decisão judicial
	Paulo Lopes	Cadastro de ocupações na Lagoa do Coração e Rio da Madre.
	Florianópolis	Atendimento da EC 46
SE	Brejo Grande	Regularização fundiária de comunidade quilombola Brejão dos Negros na foz do Rio São Francisco e afluentes que sofrem influência das marés.
SP	Cubatão, Santos e Bertioga.	Atendimento ao Programa Minha Casa Minha Vida e identificação de áreas indubitavelmente da União inseridas em mangues.
TO	Imperatriz e Augostinópolis.	Regularização fundiária de Glebas Públicas Federais denominadas Fazenda Serra e Loteamento Praia Chata margeadas pelo Rio Tocantins.
TOTAL		

TERRENO DE MARINHA OU TERRENO MARGINAL	GRUPO PNC	EXTENSÃO (Km)	TOTAL POR UF
Terreno de Marinha	II	0,20	###
Terreno Marginal	V	2.083,70	2.083,70
Terreno de Marinha	VI	684,07	2.131,07
Terreno Marginal	VI	310,00	
Terreno Marginal	VI	82,00	
Terreno Marginal	VI	1.055,00	
Terreno de Marinha	V	15,00	###
Terreno de Marinha	II	5,00	18,00
Terreno de Marinha	IV	13,00	
Terreno de Marinha	II	92,50	175,00
Terreno de Marinha	II	82,50	
Terreno Marginal	V	61,00	112,00
Terreno Marginal	V	51,00	
Terreno Marginal	I	120,00	291,60
Terreno Marginal	I	12,00	
Terreno Marginal	IV	12,00	
Terreno Marginal	IV	20,00	
Terreno Marginal	IV	5,40	
Terreno Marginal	V	25,60	
Terreno Marginal	V	32,20	
Terreno Marginal	V	64,40	

TERRENO DE MARINHA OU TERRENO MARGINAL	GRUPO PNC	EXTENSÃO (Km)	TOTAL POR UF
Terreno Marginal	V	483,80	1.391,50
Terreno Marginal	V	907,70	
Terreno Marginal	V	920,00	###
Terreno de Marinha	II	9,00	###
Terreno de Marinha	III	20,00	130,00
Terreno de Marinha	III	10,00	
Terreno de Marinha	III	35,00	
Terreno de Marinha	III	10,00	
Terreno de Marinha	III	10,00	
Terreno de Marinha	III	5,00	
Terreno de Marinha	III	5,00	
Terreno Marginal	I	20,00	
Terreno de Marinha	III	15,00	
Terreno de Marinha	III	132,00	
Terreno de Marinha	V	87,78	###

TERRENO DE MARINHA OU TERRENO MARGINAL	GRUPO PNC	EXTENSÃO (Km)	TOTAL POR UF
Terreno Marginal	II	58,00	116,00
Terreno Marginal	II	7,00	
Terreno Marginal	II	31,00	
Terreno Marginal	II	8,00	
Terreno de Marinha	III	12,00	
Terreno de Marinha	I / V	40,00	###
Terreno de Marinha	II	140,00	###
Terreno de Marinha	II	133,00	186,00
Terreno de Marinha	V	20,00	
Terreno de Marinha	I	33,00	
Terreno de Marinha	I	50,00	###
Terreno de Marinha	V	243,00	###
Terreno Marginal	V	396,00	###
			8.667,85



D - Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público

UF	Município	Nº CPD	Instrumento	Destinação	Tipo de Ato	Qualificação do Ato	Tipo de Publicação	Data da Publicação	Política Pública	Programa de Governo	Data de Criação do Registro	CPF do Cadastrador		
DF	Brasília	04991.001291/2014-04	Portaria	Destinação	Apoio	Administração Pública Federal	Interesse do Serviço Público (Declaração)	Sem Registro	Diário Oficial da União	21/08/2015	Administração	No se Aplica	25/08/2015	14352745200
DF	Brasília	04991.002305/2014-03	Portaria	Destinação	Projeto de Destinação		Interesse do Serviço Público (Declaração)	Sem Registro	Diário Oficial da União	26/01/2015	Administração	No se Aplica	15/12/2015	14352745200
DF	Brasília	04991.002517/2012-11	Portaria	Destinação	Apoio	Administração Pública Federal	Interesse do Serviço Público (Declaração)	Sem Registro	Diário Oficial da União	21/08/2015	Administração	No se Aplica	15/12/2015	14352745200
DF	Brasília	04991.002525/2012-67	Termo	Destinação	Apoio	Administração Pública Federal	Interesse do Serviço Público (Declaração)	Sem Registro	Diário Oficial da União	21/08/2015	Administração	No se Aplica	25/08/2015	14352745200

E - Novo Registro SPIUnet

UF	N RIP	Data de Inclusão	CPF Cadastrador
DF	9701331275009	07/04/2015	10253270472
DF	9701331465002	13/05/2015	10253270472
DF	9701331445001	13/05/2015	10253270472
DF	9701331505004	03/06/2015	10253270472
DF	9701331545006	03/06/2015	10253270472
DF	9701331525005	03/06/2015	10253270472
DF	9701331665001	28/08/2015	58412603168
DF	9701331725004	28/08/2015	58412603168
DF	9701331705003	28/08/2015	58412603168
DF	9701331645000	28/08/2015	72361417120
DF	9701331685002	28/08/2015	58412603168
DF	9701331895007	09/10/2015	10253270472
DF	9701332165002	26/11/2015	10253270472
DF	9701332185003	02/12/2015	72361417120
DF	9701332345000	03/12/2015	10253270472
DF	9701332525009	03/12/2015	72361417120
DF	9701332205004	03/12/2015	10253270472
DF	9701332285008	03/12/2015	10253270472
DF	9701332445005	03/12/2015	10253270472
DF	9701332385002	03/12/2015	10253270472
DF	9701332585001	03/12/2015	72361417120
DF	9701332565000	03/12/2015	72361417120
DF	9701332305009	03/12/2015	10253270472
DF	9701332425004	03/12/2015	10253270472
DF	9701332405003	03/12/2015	10253270472
DF	9701332365001	03/12/2015	72361417120
DF	9701332245006	03/12/2015	72361417120
DF	9701332265007	03/12/2015	10253270472
DF	9701332325000	03/12/2015	10253270472

UF	N RIP	Data de Inclusão	CPF Cadastrador
DF	9701332485007	03/12/2015	10253270472
DF	9701332505008	03/12/2015	10253270472
DF	9701332545000	03/12/2015	72361417120
DF	9701332465006	03/12/2015	10253270472
DF	9701332225005	03/12/2015	10253270472
DF	9701332765000	04/12/2015	10253270472
DF	9701332645004	04/12/2015	10253270472
DF	9701332825002	04/12/2015	10253270472
DF	9701332685006	04/12/2015	10253270472
DF	9701332745009	04/12/2015	10253270472
DF	9701332805001	04/12/2015	10253270472
DF	9701332605002	04/12/2015	72361417120
DF	9701332785000	04/12/2015	10253270472
DF	9701332665005	04/12/2015	10253270472
DF	9701332845003	04/12/2015	10253270472
DF	9701332725008	04/12/2015	10253270472
DF	9701332705007	04/12/2015	10253270472
DF	9701332625003	04/12/2015	72361417120
DF	9701332905006	16/12/2015	72361417120
DF	9701332945008	16/12/2015	72361417120
DF	9701332965009	16/12/2015	72361417120
DF	9701332885005	16/12/2015	72361417120
DF	9701332985000	16/12/2015	72361417120
DF	9701333025000	18/12/2015	72361417120